



DESDE 1932
EDIÇÃO 25.057

Fundador:
José Costa
Presidente:
Adriana Costa Muls

diariodocomercio.com.br

Belo Horizonte, quinta-feira, 11 de abril de 2024

R\$ 3,50

Roubo de cargas em MG gera prejuízo de mais de R\$ 50 mi

Estimativa é do Setcemg, baseada nas ocorrências registradas; BR-381 é a pior no crime

Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais aponta que o montante refere-se somente a mercadorias e nos dois primeiros meses de 2024. Levantamento da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp), no mesmo período, em 2023, revela que os furtos e roubos de carga registrados totalizaram 112 ocorrências. Este ano, só no primeiro bimestre, foram 114 casos.

Empresa que atua no ramo de software para *supply chain*, a Nstech, diz que mais da metade dos prejuízos com roubo no Estado envolve cargas fracionadas e a BR-381 é a pior rodovia para este tipo de crime. Em Minas, que tem a maior malha rodoviária do País, o crime normalmente ocorre próximo aos grandes entroncamentos. E este tipo de ocorrência está se alastrando e ocorrendo em todo o Estado, de acordo com as especificidades de produção de cada região. **Pág. 3**



PAULO WHITAKER / REUTERS

MG tem maior malha rodoviária do País e este tipo de crime acontece principalmente próximo aos grandes entroncamentos

EDITORIAL

Um assunto sobre o qual todos dizem concordar, todos apoiam, mas tudo permanece no terreno das boas ideias, sem desdobramentos consequentes sem resultados a comemorar. Falamos do associativismo empresarial, que, no geral, perde força e representatividade por conta de sua fragmentação. E em oposição à realidade proposta de movimentos convergentes, de aproximação, união e integração de todas as entidades. Juntos, por óbvio, todos seriam mais fortes, falaria alto e seriam ouvidos, invertendo-se dessa forma a lógica da submissão, queiram ou não, ao setor público. A fragmentação vai na direção contrária, mas como regra atende pequenas vaidades que se imaginam poderosas nos seus castelos e assim, na surdina, tem trabalhado para que a realidade não seja alterada. Eis a justa medida da importância de movimento desencadeado a partir da Federação do Comércio de Minas Gerais e desde semana passada abraçada também pelas federações das Indústrias e da Agricultura. As três entidades anunciaram em Uberaba que darão início a um trabalho conjunto em prol do setor produtivo em Minas Gerais. **Pág. 2**

Bares e restaurantes do Estado estão com dívidas acumuladas

Em Minas Gerais, o setor amarga prejuízo. Pesquisa realizada pela Abrasel revela que quase um terço dos estabelecimentos mineiros ou 32% registraram prejuízos ao longo de fevereiro. As dívidas acumuladas referem-se principalmente a impostos e encargos fiscais.

A queda nas vendas e o aumento dos custos são fatores que estão impactando o desempenho do setor de bares e restaurantes. Somente 33% tiveram lucro no período e 35% operam em estabilidade. **Pág. 5**



XARTPRODUCTION / STOCK ADOBE.COM

Em fevereiro, quase um terço registrou prejuízos

Empresa mineira é habilitada para exportar soro fetal bovino para China

País asiático, que é o principal parceiro comercial de Minas Gerais, habilitou sete frigoríficos brasileiros a exportarem soro fetal bovino. Dentre os estabelecimentos, um é de Minas Gerais - Biomin Biotecnologia Ltda, que fica em Divinópolis, na região Centro-Oeste do Estado. Os demais são de Goiás, São Paulo e Mato Grosso do Sul.

O produto tem alto valor agregado e é componente fundamental para o cultivo de células em laboratório e na produção de vacinas e medicamentos. **Pág. 8**



DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALISSON J. SILVA

Produto tem alto valor agregado, confirmou o Mapa

Inflação na RMBH desacelera em março

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE, apresentou alta de 0,12% na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) em março, mas ainda assim teve queda quando comparado a fevereiro, quando variou 0,82%. Segmento alimentação e bebidas registrou queda de 0,04%, mas banana-prata teve maior impacto individual positivo no índice. **Pág. 4**

IBGC busca disseminar melhores práticas em governança corporativa

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que está pronto para iniciar as comemorações do 30º aniversário em 2025, pretende gerar conhecimento sobre as melhores práticas em governança e

influenciar os mais diversos agentes.

Organização da sociedade civil referência em governança corporativa, Instituto aumentou presença nos estados desde a chegada da pandemia de Covid-19. **Pág. 9**



ADOBESTOCK

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa aumentou presença nos estados

Nova Lima tem 1ª casa construída em impressão 3D

A aposta é da Cosmos 3D, empresa criada entre a Katz Construções e a IT3D da Espanha. Localizado em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o imóvel marca a introdução do modelo Cosmos X1, um dos primeiros do tipo no Brasil e na América do Sul. O valor da casa gira em torno de R\$ 120 mil. A técnica adotada para a impressão tridimensional utiliza microconcreto como matéria-prima, assegurando uma estrutura com maior resistência, durabilidade e eficiência no uso dos materiais. **Pág. 16**

ARTIGOS

Págs. 2 e 3

Estado e mercado: é preciso (re)construir essa relação

(Tarcisio Vieira Gonçalves)

Vitória do Estado

(Cesar Vanucci)

A interação com o mercado de trabalho

(Carla Arruda)

BANCO
MERCANTIL

Dólar - dia 10

Comercial

Compra: R\$ 5,0770 Venda: R\$ 5,0770

Turismo

Compra: R\$ 5,1120 Venda: R\$ 5,2920

Ptax (BC)

Compra: R\$ 5,0648 Venda: R\$ 5,0654

Euro - dia 10

Compra: R\$ 5,4371 Venda: R\$ 5,4397

Ouro - dia 10

Nova York (onça-troy): US\$ 2.332,91

BM&F (g): R\$ 380,52

TR (dia 11): 0,1062%

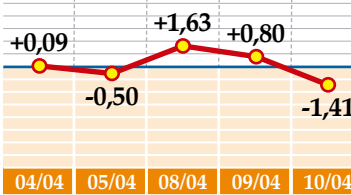
Poupança (dia 11): 0,6067%

IPCA-IBGE (Fevereiro): 0,83%

IPCA-Ipead (Fevereiro): 0,24%

IGP-M (Fevereiro): -0,52%

BOVESPA



BANCO
MERCANTIL



Estado e mercado: é preciso (re)construir essa relação

TARCISIO VIEIRA GONÇALVES *

Ouso dizer que fomos calibrados a olhar para a relação entre Estado e mercado de maneira dual, oposta, em que um atrapalharia a vida do outro. De um lado, muitas vezes se olha para o mercado com receio, considerando as empresas como não preocupadas com a questão ambiental, responsáveis pela exploração do trabalho humano e pela maximização dos lucros de forma exagerada. De outro, não é incomum enxergar o Estado como pesado, ultrapassado e consumidor de uma carga tributária escorchante que não retorna em benefícios.

No entanto, gostaria de convidar a uma reflexão por outro ângulo.

Não podemos enxergar Estado e mercado como polos opostos, distintos, que se repelem. Ao contrário, ambos estabelecem – e deve ser assim – uma relação entre duas figuras que se implicam mutuamente e cuja maior eficiência pode ser tirada exatamente dessa boa relação entre elas.

Esse é o desenho da nossa Constituição Federal, previsto em seu artigo 170, ao tratar da ordem econômica e financeira, a qual é baseada em alguns princípios, destacando-se os da propriedade privada e da livre concorrência.

Essa é a lógica de uma economia de mercado. Nela o Estado não é inexistente; ao contrário, é presente e ocupa um papel de destaque na regulação e proteção do funcionamento da própria economia. Por outro lado, sem o mercado, sem as empresas, sem a iniciativa privada, não há geração de emprego e renda, nem fornecimento de produtos e serviços, nem recolhimento de tributos para promoção das políticas públicas.

As nações com as melhores economias possuem um Estado forte e atuante. Vide, por exemplo maior, a realidade

americana: um Estado que executa uma política comercial vigorosa de proteção do mercado interno, de promoção dos produtos e serviços americanos no estrangeiro, de garantia dos pactos entre as empresas e até de amparo às empresas daquele país, quando extremamente necessário – basta citar General Motors e Chrysler, na crise de 2008, lembrando-nos da máxima “grandes demais para falir”. Na crise do coronavírus, essa proteção foi, inclusive, ampliada para outros tantos setores, como o de energia e companhias aéreas.

Mas como criar essa boa relação entre Estado e mercado, mantendo cada um em seu âmbito de atuação, sem interferências indevidas? Isso é feito por meio de uma boa legislação. É o Estado – por meio do Legislativo, do Executivo e do Judiciário – que detém o poder de estabelecer, fiscalizar e aplicar as leis, garantindo a existência e eficácia dos contratos, a segurança jurídica, a previsibilidade que o mercado tanto precisa.

Sabemos dos desafios e a questão não é ignorar as falhas existentes nessa relação nem, muito menos, propor uma ruptura extremista. O Brasil precisa é de uma melhora do ambiente de negócios com um Estado que tribute menos, faça uma boa gestão e aplicação dos recursos públicos e auxilie na proteção do mercado contra ameaças externas e, internamente, por meio da segurança e previsibilidade das relações entre as empresas.

Não é simples, não tem fórmula mágica, não existe uma receita pronta. Essa boa relação é construída e reconstruída diuturnamente, de maneira dinâmica, obedecendo a própria fluência e mudanças naturais da vida – das pessoas e das empresas. Por isso é difícil: porque não existe caminho alternativo.

Precisamos superar as dificuldades e buscar a conciliação dessas duas esferas entre si e, inclusive, e sobretudo, com a sociedade civil. Trato disso em meu livro “Estado e mercado: da dicotomia ao diálogo”, que será publicado em breve. Essa é uma possibilidade para o caso brasileiro, em que, na edição e aplicação das leis, o Estado deve estar aberto às pretensões do mercado, mas sem subserviência, superando-se o capitalismo de laços e compadrios, e sempre atento aos anseios da sociedade. O Direito, assim, é meio de integração social e instrumento para o alcance dos objetivos fundamentais previstos no vigente texto constitucional.

Mas a questão é: só permanecerão no mercado empresas preparadas e que, além de se preocupar com sua governança e geração de lucros, também respeitem as pessoas e o meio ambiente. Diria mais: a própria maximização dos lucros, na sociedade atual, depende de uma atuação atenta às questões sociais e ambientais.

Não é altruísmo, nem caridade. São negócios cujos modelos precisam ser atualizados para o cenário hodierno da sociedade, mais exigente e preocupada com quem produziu aquele produto (se houve trabalho forçado, degradante etc) e de onde ele veio (se a cadeia de produção respeitou o meio ambiente e as pessoas envolvidas).

É preciso um novo Estado, para novas empresas, em uma nova sociedade.

** Advogado e consultor em Direito Empresarial. Sócio do escritório João Carlos de Paiva Advogados Associados. Mestre e Especialista em Direito Administrativo, Civil e Empresarial. Professor em cursos de pós-graduação e preparatório para Exame de Ordem*

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932
Fundador: José Costa

Presidente do Conselho Gestor
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

Presidente e Diretora Editorial
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

Conselho Consultivo
Enio Coradi, Tiago Fantini Magalhães e Antonieta Rossi

Conselho Editorial
Adriana Machado - Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello - Luiz Michalick
Mônica Cordeiro - Teodomiro Diniz

A união que faz a força

É, ou era, um daqueles assuntos sobre o qual todos dizem concordar, todos apoiam, mas tudo permanece no terreno das boas ideias, sem desdobramentos consequentes, sem resultados a comemorar. Estamos falando do associativismo empresarial, que, no geral, perde força e representatividade por conta de sua fragmentação. E em oposição à realidade proposta de movimentos convergentes, de aproximação, união e integração de todas as entidades. Juntos, por óbvio, todos seriam mais fortes, falaria alto e seriam ouvidos, invertendo-se dessa forma a lógica da submissão, queiram ou não, ao setor público. Num passado já distante, cabe recordar para os mais novos, falou-se até num grande movimento nacional, do qual resultaria a criação da União das Classes Produtoras, que chegou a receber a sigla Uniclap, mas esbarrou na vontade, evidentemente contrária, da então toda poderosa ditadura militar.

A fragmentação vai na direção contrária, mas como regra atende pequenas vaidades que se

imaginam poderosas nos seus castelos e assim, na surdina, tem trabalhado para que a realidade não seja alterada. Eis a justa medida da importância de movimento desencadeado a partir da Federação do Comércio de Minas Gerais e desde a semana passada abraçado também pelas federações das Indústrias e da Agricultura. As três entidades

Nadim Donato, presidente da Fecomércio, disse na ocasião que a atuação que agora ganha visibilidade acontece há pelo menos um ano e caminha para a busca de uma representatividade ainda maior

anunciaram em Uberaba que darão início a um trabalho conjunto em prol do setor produtivo em Minas Gerais. Nadim Donato, presidente da Fecomércio, disse na ocasião que a atuação que agora ganha visibilidade acontece há pelo menos um ano e caminha para a busca de uma representatividade ainda maior.

Eis o que precisa e deve ser feito, com abertura para as demais federações, que são as entidades mais bem estruturadas e consequentemente mais fortes. O que se imagina, no entanto, como ideal, é que todas as entidades de representação classista – Câmara de Diretores Lojistas, Associação Comercial, Sociedade Mineira de Engenheiros, etc. – sejam também acolhidas nesse movimento, que pode se desdobrar de maneira bem pragmática, evitando, por exemplo, a superposição de serviços. Como não imaginar a eficácia de um grande centro de estudos, planejamento econômico e desenvolvimento que tivesse suporte e participação de todas as entidades?

Estamos falando de dar consequência a iniciativas mais tímidas, como as reuniões mensais, informais, dos presidentes das principais entidades que bem podem ser tomadas como embrião do movimento agora posto em marcha. Só se pode esperar que ele avance e que no bom sentido a ambição não tenha limites, devolvendo a quem produz a relevância política e social que lhes é, ou deveria ser, inerente.

Vitória do Estado

CESAR VANUCCI*

“Vitória do Estado brasileiro, das forças de segurança do Brasil”. (Ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski)

A recaptura dos fugitivos de Mossoró, depois de 50 dias de buscas intensas, quando eles já estavam prestes deixar o País, constituiu – não há negar – um feito policial digno de louvores. Junto com o deslindamento do “caso Marielle”, merece ser olhado como conquista significativa no combate ao crime organizado. Os primeiros “rounds” em ambas as situações, foram vencidos pela bandidagem. Todavia, o acintoso desafio da criminalidade terminou, ao fim e ao cabo, com nocaute desferido pelo aparato de segurança federal, no âmbito do Ministério da Justiça. A recaptura não encerra as diligências investigatórias. O mesmo dispositivo de inteligência competentemente utilizado na descoberta do paradeiro dos detentos da penitenciária de Mossoró saberá identificar por certo, em breve, as circunstâncias que permitiram se entendesse os quase 2 mil quilômetros o trajeto por eles percorridos a partir do Rio Grande Norte até os confins Pará. As primeiras informações dão conta de que a ajuda veio de uma facção com núcleo central, onde mesmo? Acertou: no Rio de Janeiro das milícias. Na bem-sucedida operação policial ganhou destaque, também, o fato de a prisão ter ocorrido sem que os policiais precisassem disparar um só tiro ao interceptar a escolta armada, composta dos 2 procurados e quatro comparsas. Aguardemos os próximos capítulos dessa história.

Domingos Brásão, conselheiro do Tribunal de Contas do RJ, indiciado como um dos mandantes dos assassinatos de Marielle Franco e Anderson Gomes emprega em seu gabinete 45 assessores, segundo a imprensa, vários deles são elementos ligados às milícias cariocas. Outra revelação que veio a furo com a detenção dos mandantes: o outro Brásão, Francisco, deputado federal, foi acusado de assassinato muitos anos atrás, mas nunca foi levado a julgamento por Tribunal de Júri.

2) América efervescente - O governo brasileiro demorou,

mas afinal de contas, resolveu aplicar um bom “puxão de orelha” no caudilho de Caracas. Duas manifestações do presidente Lula e uma nota do Itamaraty expressaram indignação com relação aos atos praticados por Maduro afastando adversários da pugna eleitoral na marra sob argumentos os mais descabidos. A reação do venezuelano foi grosseira e insolente. Maduro resolveu, ao mesmo tempo, romper o acordo firmado recentemente com a Guiana, do qual o Brasil é mediador, promulgando ato que cria nova província da Venezuela em área pertencente àquele país. Aprontou mais: cortou a energia do prédio da embaixada da Argentina devido ao fato de patricios seus, perseguidos por motivos políticos, terem nela buscado asilo. Noutra frente de tensão, o presidente Milei, da Argentina, atacou os presidentes da Colômbia e México, o que levou Bogotá a chamar de volta seus embaixadores em Buenos Aires. Enquanto isso, México e Equador cortaram relações por conta da condenável invasão policial da embaixada asteca em Quito, onde se achava asilado o ex-vice equatoriano.

3) Mais um - A procuradoria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro ofereceu denúncia, por abuso econômico eleitoral, contra o governador do Estado do Rio de Janeiro, Claudio Castro, pedindo a cassação de seu mandato. Do libelo acusatório consta uma revelação estarrecedora, conforme divulgação da imprensa. Se efetivamente comprovada, colocará o chefe do Executivo carioca, com toda certeza, em situação jurídica análoga à de seus mais recentes antecessores. Pasma dos pasmos: no órgão estadual dedicado a levantamentos estatísticos, onde não existe sequer um único estatístico lotado, a título de executarem projetos sociais variados, foram nomeados com fitos eleitorais 18 mil funcionários (isso mesmo que o leitor está lendo: 18 mil). Desses, quase 50 foram candidatos a deputado pelo partido do governador. Ora, veja, pois!

*Jornalista(cantonius1@yahoo.com.br)

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.
Av. Américo Vespúcio, 1.660
CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO
Editora-Executiva
Luciana Montes
Editores
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte
pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral: 3469-2000
Administração: 3469-2004
Redação: 3469-2040
Comercial: 3469-2007
INDUSTRIAL
Gerência: Manoel Evandro 3469-2085
Departamento de Arte: 3469-2092

COMERCIAL
comercial@diariodocomercio.com.br
ASSINATURAS (IMPRESSO + DIGITAL)
Semestral:
Belo Horizonte, Região Metropolitana..... R\$ 396,90
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Anual:
Belo Horizonte, Região Metropolitana..... R\$ 793,80
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Preço do exemplar avulso..... R\$ 3,50
(+ valor de postagem)
ASSINATURAS
assinaturas@diariodocomercio.com.br

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Filiado à
ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS
SINDIJORI
Sindicato das Profissões de Jornal, Redator e Editor do Estado de Minas Gerais
Siga-nos nas redes sociais
f in t y u s w



CONSTRUINDO O AMANHÃ

A interação com o mercado de trabalho

CARLA ARRUDA *

Recentemente, durante entrevistas para um processo seletivo, fui positivamente surpreendida pela determinação e iniciativa de jovens que, antes mesmo de iniciar a graduação, já estavam colocando em prática suas habilidades e atuando em diversas áreas do mercado.

Ao refletir sobre minha própria trajetória aos 18 anos, quando estava ingressando na faculdade, percebo o quão distante estava de qualquer envolvimento com o mundo de negócios. Eu não tinha preparo algum para discutir temas como estratégia, empreendedorismo, investimentos ou gestão de negócios. O mais próximo que cheguei de alguma experiência com o mercado foi já como estagiária no oitavo período do curso.

Conversando com um desses jovens, descobri que ele já trabalhava na indústria da família há alguns anos, vivenciando de perto todos os aspectos do negócio, inclusive se responsabilizando pela liderança de uma pequena área. Um verdadeiro aprendizado *hands-on* ou mão na massa.

Outro relato interessante foi de um outro candidato, que, sem acesso a uma empresa familiar para se envolver, optou por aprender por meio de cursos *online* e outras formas de estudo autodidata para se aprofundar no tema de investimentos.

A primeira pergunta que me acometeu foi: será que a interação com o mercado desde cedo é um fator determinante para o sucesso pessoal e profissional dos jovens?

Minha resposta é um enfático **sim!** A participação ativa no mercado desde cedo é extremamente importante para experimentar, vivenciar, conhecer e fazer escolhas assertivas. Essa interação proporciona um aprendizado valioso por meio da experiência prática.

Inclusive, essa prática não é nova. O fundamento do aprendizado baseado em experiência remonta aos trabalhos pioneiros de meados do século 20 dos pensadores John Dewey, Kurt Lewin e Jean Piaget, que reconheceram a importância crucial da experiência na formação do conhecimento.

A obra seminal de David Kolb, *“Experiential Learning”*, aprofundou nossa compreensão e elucidação sobre os benefícios inerentes das metodologias experienciais. Kolb articulou, de maneira perspicaz, os elementos fundamentais desse processo, destacando, de forma integral, a interconexão entre a experiência concreta, observação reflexiva, conceitualização abstrata e experimentação ativa.

Não posso deixar de mencionar Paulo Freire, nosso filósofo e educador, que também destacava a importância de uma educação intimamente conectada ao cotidiano das pessoas, fundamentada em experiências vividas.

A interação com o mercado é uma importante forma de aprendizado por experiência por várias razões. Permite que os jovens apliquem e testem seus conhecimentos teóricos em situações reais, desenvolvendo habilidades como tomada de decisão, adaptação a mudanças e resolução de problemas concretos.

Além disso, ainda os expõe a diversas perspectivas, cenários e dinâmicas que podem não ser totalmente replicadas em ambientes de aprendizado tradicionais. A consequência disso? Desenvolvimento de habilidades interpessoais, como a capacidade de trabalhar em equipe, negociação e comunicação efetiva.

Finalmente, mas não menos importante, a interação com o mercado possibilita ao aluno se inserir em um ambiente de constante evolução, o que requer habilidades como aprendizado rápido e adaptação a novas tendências, tecnologias e contextos, preparando os jovens para atuar nos desafios do mundo contemporâneo.

E será mesmo que o papel de trazer experiência para os jovens está tão somente nas instituições de educação? Certamente que não! Pais, organizações e a sociedade como um todo também podem participar nesse processo.

Como mãe de dois adolescentes, estou constantemente empenhada em enriquecer a vivência de meus filhos ao proporcionar-lhes experiências práticas que transcendam a sala de aula. Busco apresentar a eles uma gama diversificada de conteúdos e vivências, contribuindo para que possam desenvolver argumentos mais sólidos e embasados, além de proporcionar um crescimento significativo em suas habilidades e perspectivas.

As organizações, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor, também podem desempenhar um papel crucial no aprimoramento da educação ao estabelecer parcerias estratégicas com instituições de ensino e ao disponibilizarem executivos para atuarem como mentores e palestrantes, compartilhando valiosas experiências do mundo corporativo.

Essa é uma via de mão dupla. Enquanto os estudantes absorvem conhecimentos práticos e ganham *insights* valiosos, as organizações se beneficiam das perspectivas inovadoras e, muitas vezes, inéditas dos jovens.

Por fim, a sociedade como um todo, está sofrendo com desafios de proporções inimagináveis: fome, desigualdade, pobreza, mudanças climáticas, questões geopolíticas que demandam ações transformadoras. Nesse contexto, os jovens, muitas vezes, surgem como agentes potenciais de mudança.

A reflexão final que deixo é: “como podemos contribuir para enriquecer a experiência e vivência dos nossos jovens?”.

Cabe a cada um de nós, como indivíduos, profissionais e líderes refletir sobre o papel que desempenhamos na formação das gerações futuras. Podemos compartilhar conhecimentos, oferecer mentoria, promover ambientes de aprendizado práticos e, acima de tudo, incentivar a inovação e a busca por soluções transformadoras. Desenvolvendo os nossos jovens investimos no alicerce de uma sociedade muito mais capacitada para enfrentar os desafios do amanhã.

* Diretora Executiva do Executive MBA e Graduação da Fundação Dom Cabral



Mais da metade dos roubos registrados em Minas Gerais são de cargas fracionadas; BR-381 tem o maior número de ocorrências

TRANSPORTE

Roubo de cargas resulta em R\$ 50 mi de prejuízo no Estado

Montante representa o primeiro bimestre, segundo estimativa do Setcemg

RODRIGO MOINHOS

O roubo de carga é um problema grave em todo o território nacional que traz grandes prejuízos para sociedade e empresários. De acordo com estimativa do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas e Logística de Minas Gerais (Setcemg) e pelas ocorrências registradas, somente em mercadorias, os prejuízos nestes dois primeiros meses do ano com roubo de carga superam R\$ 50 milhões em Minas Gerais.

De acordo com dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp), nos dois primeiros meses de 2023, os furtos e roubos de carga registrados totalizaram 112 ocorrências, enquanto em 2024, no primeiro bimestre, foram 114 casos.

Levantamento feito pela Nstech, empresa que atua no ramo de software para *supplychain*, com dados do ano passado, aponta que mais da metade dos prejuízos com roubo no Estado envolve cargas fracionadas e a BR-381 é a rodovia que mais acontece as ocorrências.

Minas Gerais, que conta maior malha rodoviária do País, o roubo de carga nor-

malmente acontece próximo aos grandes entroncamentos, afirmou o presidente do Setcemg, Antonio Luis da Silva Junior. “Contudo, estamos observando o aumento deste tipo de crime, que está se alastrando e ocorrendo em todo o Estado, de acordo com as especificidades de produção de cada região. São frequentes as ocorrências na BR-251 no Norte de Minas; BR-381 no Sul de Minas; Região Metropolitana

englobam o *e-commerce*, café, produtos alimentícios, eletrônicos, cigarros, medicamentos, produtos siderúrgicos, combustíveis, produtos agrícolas e, ultimamente, até minério de ferro são alvos de furtos e roubos, salientou.

“O roubo das cargas traz um grande impacto nas operações das transportadoras, gerando insegurança, aumento de custos, que varia entre 15% e 18%, além de prejuízos que podem

que ocorrem nas estradas, o problema é grande para todo o setor. “Os prejuízos vão muito além dos valores das mercadorias roubadas, somam-se a eles os roubos de caminhões e dos equipamentos, os prejuízos com a nossa imagem e os decorrentes da não entrega dos produtos, aumento nos custos das apólices de seguro, gastos com tecnologia e controles, monitoramentos e gerenciamentos”, enumerou o presidente.

De acordo com Antonio Luis da Silva Junior, hoje as quadrilhas, além da abordagem, também estão investindo no aliciamento de motoristas em Minas Gerais para facilitar o roubo da carga para, posteriormente, entregar tanto o veículo quanto a carga para grupos criminosos em troca de uma quantia em dinheiro.

“Os criminosos atuam também clonando a divulgação de ofertas de cargas por empresas de transportes, para atrair motoristas por meio de aplicativos de frete oferecendo valores acima do mercado, atraindo-os muitas vezes para facilitar o roubo da carga e do seu veículo. Além disso, ainda utilizam equipamentos que anulam os sinais de rastreadores e iscas eletrônicas”, afirmou o dirigente.

Custos - Com essas situações

de Belo Horizonte (RMBH); BR-262 no Triângulo Mineiro; BR-050, BR-153, BR-116, BR-040 na Zona da Mata e na região do Alto Paranaíba com roubos de produtos agrícolas, principalmente café”, apontou.

Agrega-se ao roubo de cargas, os crimes por saques em casos de acidente nas rodovias, fato que acontece em qualquer localidade. Mas todo e qualquer produto de descarte rápido, preferencialmente as cargas fracionadas que

comprometer até mesmo a continuidade das empresas. Indiretamente os impactos são muitos, pois os produtos roubados não chegarão aos consumidores, onde as consequências são inúmeras. Ao final, com os aumentos dos fretes, custos complementares de segurança, quem acaba pagando a conta somos nós os consumidores”, avaliou o presidente do sindicato.

União do setor e tecnologia entre as soluções

Para o presidente do Setcemg, Antonio Luis da Silva Junior, o momento é de tentar coibir esses crimes e o sindicato reforça a necessidade do aumento dos equipamentos de monitoramento com redundância, o investimento em câmeras nos veículos, e reforço das escoltas quando as cargas têm valor expressivo, fazendo roteiros alternativos e às vezes totalmente diferentes da rota usual.

“Porém, as estratégias acabam por onerar mais os fretes e o custo para o consumidor final. Fazemos parcerias com órgãos de segurança, buscando melhores recursos e tecnologias para combater o crime. Mas, infelizmente, estamos sempre um passo atrás. Trabalhamos junto aos órgãos de governo e ao Poder

Judiciário para imputar penas mais fortes aos receptadores de cargas e também para aparelhar melhor os órgãos de segurança com tecnologia, inteligência e recursos no combate ao crime organizado”, disse.

Na tentativa de mitigar o problema, o Setcemg mantém ativo um Grupo Técnico de Trabalho de Segurança que se reúne regularmente para definir estratégias em conjunto com os órgãos de segurança e passar recomendações para as empresas associadas. Integra este grupo os transportadores associados, representantes das polícias Civil, Militar de Minas Gerais, Rodoviária Federal, Militar Rodoviária de Minas Gerais, as polícias metropolitanas de Belo Horizonte e Contagem, além de

representantes das empresas de gerenciamento de risco e seguradoras.

“Também mantemos ativo um grupo de WhatsApp fechado onde postamos informações relevantes sobre roubos e outros temas relativos à segurança. Quando ocorre algum evento em nosso Estado, imediatamente as polícias são acionadas e inicia-se o processo de verificação. Várias vezes obtivemos êxito em reaver memorórias e veículos”, comemorou.

Pesquisa - São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais permanecem liderando o *ranking* de roubos nas estradas, assim como em 2022. No Estado, mais da metade dos prejuízos com roubo de carga, em 2023, envolveram

cargas fracionadas. Juntas, apenas a alimentícia e eletrônicos totalizaram 89,2% do montante. A BR-381 foi a campeã no ranking de Minas Gerais. Os roubos na rodovia representaram 28,7% do prejuízo total, segundo dados da “Análise de Roubo de Cargas”, da Nstech.

Ainda segundo o levantamento, 76,8% dos eventos ocorreram durante a noite e às madrugadas. Ao longo da semana, a sinistralidade foi elevada às quartas-feiras e aos sábados. Somados, esses dois dias representaram 48,5% dos prejuízos. De acordo com a empresa, as soluções da Nstech conseguiram evitar 74% dos sinistros relacionados a roubo de carga, preservando o equivalente a R\$ 340 milhões. **(RM)**

ECONOMIA PARA TODOS

Por que a inflação de alimentos (ainda) não preocupa o BC ?



GUILHERME ALMEIDA

Os alimentos têm um papel relevante no índice oficial de inflação, sendo acompanhados de perto pelo Banco Central do Brasil para orientar sua política monetária, ou seja, decisões sobre a elevação ou redução dos juros básicos da economia. Nos últimos três meses, testemunhamos um aumento nos preços médios além do esperado. Esse aumento é em grande parte impulsionado pela inflação dos alimentos essenciais, especialmente de produtos in natura. No entanto, contrariamente ao que se possa pensar, essa pressão inflacionária não necessariamente gera preocupação imediata para a autoridade monetária e não deve afetar sua decisão sobre os juros.

No ano passado, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou um crescimento acumulado de 4,62%. Enquanto isso, a inflação dos alimentos encerrou 2023 com uma variação de 1,03%, marcando uma significativa redução em comparação ao ano anterior, quando alcançou aumento de 11,64%. Esse movimento desempenhou um papel relevante na desaceleração da inflação no Brasil, especialmente no subgrupo de alimentação no domicílio, onde os preços recuaram 0,52%.

Contudo, de outubro de 2023 até fevereiro deste ano, a inflação mensal dos alimentos surpreendeu as expectativas do mercado, acumulando o dobro do índice geral no período (4,45% versus 2,35%). Existem algumas razões para esse cenário: primeiramente, os preços dos alimentos estão sujeitos a efeitos sazonais, especialmente nesta época. No verão, alimentos in natura, como hortaliças, legumes, tubérculos e raízes, naturalmente experimentam uma redução na oferta, o que aumenta a pressão sobre os preços. Em segundo lugar, há o fator climático. O El Niño intensificou as variações climáticas, afetando as colheitas. Chuvas excessivas no sul do País, combinadas com a seca na Amazônia, no Centro-Oeste e no Nordeste, reduziram a produção agrícola.

Perceba, portanto, que as recentes altas nos preços dos alimentos são resultado de uma combinação de fatores sazonais e condições climáticas desfavoráveis. A expectativa é que a chegada do outono e uma redução do impacto do El Niño ajudem a estabilizar os preços. No entanto, esse cenário pode mudar rapidamente devido à nossa vulnerabilidade a mudanças climáticas imprevistas. De toda forma, a atual situação da inflação alimentar não é uma grande preocupação para os membros do Comitê de Política Monetária (Copom), responsável por definir a meta da taxa básica de juros da economia, a Selic.

Conforme destacado em suas últimas reuniões, o foco principal de preocupação do Copom está na inflação de serviços. O núcleo de serviços é uma das métricas fundamentais observadas pelo Banco Central para avaliar a continuidade do ciclo de redução da Selic. Embora a taxa básica de juros tenha diminuído em cinco ocasiões consecutivas, o Copom expressou claramente sua preocupação com a trajetória da desinflação.

Com a economia aquecida, o mercado de trabalho se fortalece e as famílias ampliam sua cesta de consumo. À medida que se sentem mais confortáveis com sua renda, tendem a aumentar os gastos com viagens, serviços de lazer e refeições fora de casa. Além disso, um mercado de trabalho apertado, onde os reajustes salariais superam a meta de inflação sem aumentos correspondentes na produtividade, pode retardar a convergência da inflação para a meta, afetando especialmente os setores intensivos em mão de obra, como os serviços.

Por aqui, mesmo os serviços livres sofrem com indexação, como é o caso do aluguel. Esses gastos têm um peso significativo no orçamento das famílias e são menos suscetíveis a reduções ao longo do ano. Embora os resultados recentes não alterem a tendência de redução da Selic, eles alertam para a trajetória dos preços. Apesar de ficar evidente que fatores voláteis impactaram os resultados, é crucial observar como os próximos meses irão se desenrolar. O foco, portanto, estará mais nos serviços do que nos alimentos.

**Especialista em Educação Financeira no Grupo Suno. Sócio-fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas. Mestre em Estatística pela UFMG. Redes Sociais: Instagram: @guilherme.certifiqueiLinkedin: https://www.linkedin.com/in/guilherme-almeida-economista*

IPCA

Inflação desacelera na Grande BH em março

Alta no mês foi de 0,12% e em 12 meses elevação acumulada foi de 5,07%

RODRIGO MOINHOS

Em março, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apresentou alta de 0,12% na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), mas ainda assim registrou uma desaceleração quando comparado com fevereiro, quando variou 0,82%. O índice obtido para a RMBH representou o quinto menor resultado mensal entre as dezesseis áreas pesquisadas, conforme o levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado ontem.

Enquanto isso, no País, a variação mensal foi de 0,16% no IPCA calculado pelo IBGE. Já a variação acumulada nos últimos 12 meses foi de 5,07% na RMBH, o maior resultado entre as áreas de abrangência da pesquisa, ficando à frente de Fortaleza (4,72%) e Belém (4,69%). No Brasil o índice teve elevação de 3,93%.

De acordo com o coordenador do IPCA em Minas Gerais, Venâncio da Mata, “os artigos de residência subiram 0,42%, despesas pessoais tiveram alta de 0,35%, saúde e cuidados pessoais apresentaram incremento de 0,32%, habitação cresceu 0,22% e os transportes subiram 0,09%”, enumerou. Ainda de acordo com a pesquisa do IBGE, quatro grupos apresentaram redução, o segmento vestuário caiu 0,16%, comunicação reduziu 0,09%, alimentação e bebidas teve deflação de 0,04% e educação baixou 0,03%.

O segmento alimentação e bebidas registrou redução de 0,04%, que poderia ser menor, mas a banana-prata foi a vilã e com alta de 9,77% provocou, assim, o maior impacto individual positivo no índice, 0,05 ponto percentual sobre o



SERGIO MORAES / REUTERS

O segmento alimentação e bebidas registrou redução de 0,04% no terceiro mês de 2024

índice geral do IBGE. Nesse grupo também ocorreram altas importantes, como foi o caso da cebola (9,80%), tomate (8,59%) e no ovo de galinha (6,08%), com impactos de 0,02 ponto percentual (p.p.), 0,03 p.p., e 0,02p.p., respectivamente.

Com relação às reduções, destacaram-se a batata-inglesa

os itens registraram redução, o que é um ponto positivo para as pessoas com menor poder de compra”, ponderou o coordenador.

Ainda segundo o IPCA, do IBGE, no grupo transportes (0,09%), houve aumentos no conserto de automóvel (1,15%) e na gasolina (0,50%), provo-

A banana-prata foi o destaque individual no setor de alimentos e bebidas, com alta de 9,77% no mês, enquanto que a batata-inglesa teve redução no preço de 20,39%, segundo levantamento do IBGE

(-20,39%), com o maior impacto individual negativo no índice (-0,11p.p.), além da maçã (-8,96%) e das carnes (-0,62%), com impactos de -0,03 p.p. e -0,02 p.p. sobre o índice geral, respectivamente. “Apesar de alguns subitens terem apresentado alta, no balanço geral

cando impactos respectivos de 0,02 p.p. e 0,03 p.p. As passagens aéreas se destacaram na redução, apresentando deflação de 11,96% e impacto de -0,06 ponto percentual. Já em habitação (0,22%), os destaques foram para o gás de botijão (1,87%) e o aluguel resi-

dencial (0,50%), com impactos de 0,03 ponto percentual e 0,02 p.p. “Agora em abril tivemos um aumento nos preços da gasolina e etanol que, possivelmente, deve impactar no próximo índice. Portanto, vamos aguardar para ver como será o desempenho de abril”, projetou Venâncio da Mata.

No grupo saúde e cuidados pessoais, que apresentou alta de 0,32%, o resultado foi influenciado pelos incrementos no plano de saúde (0,75%) e dos produtos farmacêuticos (0,56%), com impactos de 0,03 p.p. e 0,02 ponto percentual, respectivamente. Já em Despesas pessoais (0,35%), os destaques foram para o cinema, teatro e concertos com elevação de 3,88% e a hospedagem (2,95%), com impactos de 0,02 p.p. e 0,03 p.p., respectivamente. Em contrapartida, o preço de pacote turístico caiu 5,46% e impactou o índice geral em -0,03 ponto percentual.

SINAPI

Custo da construção sobe em Minas

RAFAEL TOMAZ

O custo médio para construir em Minas Gerais apresentou um pequeno aumento de 0,13% em março na comparação com o mês anterior, segundo dados do Índice Nacional da Construção Civil (Sinapi), elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em parceria com a Caixa Econômica Federal.

O valor médio alcançou R\$ 1.619 por metro quadrado (m²). O resultado foi impulsionado pelo aumento de preços dos materiais.

Por outro lado, na comparação com o mesmo período do ano passado, o valor médio de construção em Minas Gerais recuou 1,1%, segundo o IBGE. Naquele mês o custo por m2 de construção estava em R\$ 1.637.

Entre os componentes que compõem o índice, o material atingiu R\$ 971,95/m² em março. O montante representa uma alta de 0,38% na comparação com o mês imediatamente anterior, quando somou R\$ 968,18/m². Porém, em relação ao mesmo intervalo do ano passado (R\$ 991,49), foi apurada queda de 1,97%.

Já o valor médio da mão de obra por metro quadrado de construção apresentou uma variação negativa de 0,25%, ante fevereiro. O custo médio passou de R\$ 649,17 para R\$ 647,51. Em relação ao mesmo



MIKE BLAKE / REUTERS

Resultado de março foi impulsionado pelo aumento de preços dos materiais, segundo o IBGE

intervalo de 2023 (R\$ 646,30), o valor subiu 0,18%.

Acima da média nacional - O valor médio para construir em Minas ficou acima da média nacional, que apresentou variação de 0,07% em março. Com isso, o acumulado do Sinapi nos últimos 12 meses é de 2,36%.

“A participação da parcela da mão de obra em março registrou queda, com uma variação negativa de 0,02%, próximo da estabilidade. Na comparação com fevereiro, ficou 0,15 ponto percentual abaixo. Já em relação à taxa de março de 2023, foi 0,42 ponto percentual menor”, afirmou o gerente do Sinapi, Augusto Oliveira.

O custo nacional da construção, por metro quadrado,

apresentou aumento em relação a fevereiro, quando foi de R\$ 1.728,11, e chegou a R\$ 1.729,25 em março, dos quais R\$ 1.006,19 foram relativos aos materiais e R\$ 723,06 à mão de obra.

Com o fim do primeiro trimestre do ano, o acumulado em 2024 ficou em 0,44% na parcela dos materiais e 0,38% na parcela de mão de obra. Os acumulados em 12 meses, por sua vez, foram de 0,36% (materiais) e 5,30% (mão de obra).

Alta - As regiões Norte e Sudeste registraram as maiores variações mensais em março, ambas com 0,13%. Na sequência aparece o Nordeste (0,11%). Seis dos sete estados do Norte tiveram altas, enquanto no Sudeste, Rio de Janeiro e Minas

Gerais apresentaram taxas positivas. Por outro lado, as regiões Sul (-0,01%) e Centro-Oeste (-0,27%) mostraram taxas negativas.

O Rio Grande do Norte (1,03%) foi o estado que registrou a maior taxa em março, decorrente do reajuste observado nas categorias profissionais.

O Sinapi, uma produção conjunta do IBGE e da Caixa, tem por objetivo a produção de séries mensais de custos para o setor habitacional, e de séries mensais de salários medianos de mão de obra e preços medianos de materiais, máquinas e equipamentos e serviços da construção para os setores de saneamento básico, infraestrutura e habitação. **(Com informações da Agência IBGE)**



Edição impressa produzida pelo Jornal
DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as integras das Publicações Legais
contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.



ECONOMIA

BARES E RESTAURANTES

Empresas estão em dificuldades e têm prejuízo

Levantamento da Abrasel-MG aponta um cenário negativo para os estabelecimentos instalados no Estado

MICHELLE VALVERDE

Com dívidas acumuladas, os bares e restaurantes de Minas Gerais estão enfrentando dificuldades. Conforme os dados da pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), no Estado quase um terço dos estabelecimentos ou 32% registrou prejuízos ao longo de fevereiro. Além das dívidas acumuladas, principalmente com impostos e encargos fiscais, a queda nas vendas e o aumento dos custos são fatores que estão impactando no desempenho.

Os dados do levantamento mostram ainda que somente 33% das empresas do setor, no Estado, registraram lucro no período e as demais, 35% operaram em estabilidade.

Dentre os fatores que geraram prejuízos para os 32% dos bares e restaurantes de Minas Gerais, conforme os entrevistados pela Abrasel, o principal foi a queda nas vendas em fevereiro, o que atingiu 77% dos entrevistados. Também impactaram a redução no número de clientes (56%) e custo de alimentos e bebidas (43%).

Dívidas atrasadas - O levantamento da Abrasel também mostrou que, em Minas Gerais, 37% dos bares e restaurantes estão com dívidas em atraso. Desta parcela, a grande maioria tem dívidas com os governos, sendo que 72% estão com impostos federais atrasados e 49% devem impostos estaduais.

Ainda dentre os empresários com dívidas atrasadas, 37% estão devendo empréstimos bancários, 27% devem taxas municipais, 25% devem encargos trabalhistas e previdenciários. Há ainda 24% dos bares e restaurantes devendo fornecedores de insumos, 22% com débitos de serviços públicos (água, luz, gás, telefone), 11% com aluguel em atraso, 7% devem fornecedores de equipamentos e serviços e 5% devem salário aos empregados.

“A situação das empresas de alimentação fora do lar permanece desafiadora e continuamos contando com o apoio do governo. Nossa expectativa é que essa condição apresente melhorias no próximo mês, com a chegada do Dia das Mães. A data comemorativa, geralmente, representa um aumento significativo no movimento dos estabelecimentos gastronômicos. Sendo, então, uma oportunidade importante para a recuperação econômica do setor. Estamos otimistas em relação às perspectivas para os próximos meses e continuaremos trabalhando incansavelmente para apoiar e fortalecer as empresas de alimentação fora do lar em Minas Gerais”, explicou a presidente da Abrasel-MG, Karla Rocha.

Outro desafio enfrentado pelo setor são os repasses dos custos. A pesquisa mostrou que 34% dos estabelecimentos não conseguiram aumentar os preços nos últimos 12 meses. Outros 57% realizaram reajustes igual ou abaixo da inflação e apenas 9% reajustaram acima da inflação.

Quanto à mão de obra, 30% dos empreendedores dos bares e restaurantes de Minas Gerais pretendem contratar funcionários no primeiro semestre de 2024. Outros 47% esperam manter o atual quadro de funcionários e apenas 13% pensam em demitir. Outros 10% ainda não decidiram.

Desafios - Assim como em Minas Gerais, a situação dos bares e restaurantes em nível nacional também requer atenção. País, 31% das empresas operaram no vermelho em fevereiro. Este foi o pior índice desde março do ano passado. Além disso, outros 38% dos estabelecimentos trabalharam em equilíbrio e 31% tiveram lucro, o que representa uma queda de quatro pontos percentuais em relação à pesquisa anterior.

Conforme o presidente-

-executivo da Abrasel, Paulo Solmucci, a situação é preocupante. “Os números recentes revelados pela pesquisa são preocupantes para o setor de bares e restaurantes. No Brasil, com 31% das empresas operando no vermelho, enfrentamos desafios significativos. Em janeiro houve queda nas vendas, com ligeira recuperação em fevereiro por causa do Carnaval, mas que não foi percebida como uma retomada pelos estabelecimentos. Além disso, a dificuldade em ajustar os preços do cardápio para recuperar perdas é um desafio adicional, junto com o alto endividamento, já que quase 40% do setor têm dívidas atrasadas”.

SUSTENTABILIDADE

Investimento ainda é barreira para o ESG

MARCO AURÉLIO NEVES

O investimento e a falta de clareza ainda são barreiras para as empresas implementarem o ESG (Ambiental, Social e Governança, na sigla em inglês), avaliam especialistas do mundo corporativo.

Para o sócio-presidente da PwC Brasil, Marco Castro, o momento atual é o início de uma jornada regulatória. O presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de Minas Gerais (Ibef-MG), Júlio Damião, afirma que conscientização é desafiadora principalmente para pequenas e médias empresas (MPes), enquanto a diretora-geral do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Valéria Café, aponta que o maior desafio é a disseminar o ESG em toda a cadeia de valor.

Os especialistas debateram esses e outros assuntos no 1º Seminário de Finanças e Governança Corporativa, em Belo Horizonte. O evento, realizado pelo IBGC e o Ibef-MG reuniu



Apenas 33% das empresas do segmento registraram lucro em Minas Gerais em fevereiro

especialistas renomados para discutir temas relevantes para o setor financeiro e empresarial. “As empresas têm que prestar muita atenção na governança, porque o cliente e até o acionista não estão perguntando mais se a gente quer ou está tendo lucro. Eles perguntam se a gente está tendo lucro de forma responsável e isso faz toda a diferença para a empresa e para a sociedade”, afirma o presidente do Ibef-MG.

O sócio-presidente da PwC aponta que economias mundiais não estão no melhor momento de crescimento, o que dificulta investimento em ESG. “A gente nota que tem uma limitação de recursos muito grande. O custo que isso determina é um limitador, é uma barreira importante que vem sendo considerada nessa discussão”, disse.

Marco Castro explica que há uma necessidade de que órgãos reguladores e instituições, baseadas em sua estrutura e conhecimento, indiquem para as empresas qual é o caminho a

ser percorrido até para facilitar os aportes nessa questão. “De fato, ESG é um tema que vai exigir muito investimento, muito tempo dedicado, estudos. Ao tomar uma decisão, as empresas precisam ter consciência de que isso tem que ter uma base científica para ser estruturado”, declara.

Neste ponto, Júlio Damião aponta que a falta de conscientização e de um propósito claro, principalmente nas MPes, ainda é um dificultador no processo, já que as grandes empresas, especialmente as de capital aberto, estão estruturadas para isso.

Mudança - De fato, a diretora do IBGC considera que a pandemia fez os grandes negócios ficarem mais sensíveis às questões voltadas às pessoas e ao meio ambiente. Multinacionais ou grandes empresas que realizam exportações atuam em países com ambiente regulatório mais consolidado. “As grandes empresas, pela dor, tiveram

que mudar, porque existem exigências globais que fazem que essas empresas mudem. É esse processo de mudança já começou em 2020”, disse.

A grande questão agora é, além do investimento, disseminar os valores ESG por toda a cadeia de valor. Ela ressaltou que o médio empresário precisará fazer a transição do seu negócio por pressão das grandes empresas. “Treinar fornecedores, trabalhar com melhores fornecedores, trabalhar e garantir que efetivamente toda a cadeia tenha este olhar, e ter rastreabilidade de toda a sua matéria-prima. Tudo isso está sendo trabalhado nesse momento”, afirmou.

Valéria Café ressaltou que o avanço tecnológico permitiu que essa rastreabilidade seja melhor apurada, ainda que demande altos aportes e deixe empresas recosas com o investimento em ESG. Mas a visão dos executivos não pode estar atrelada ao curto prazo.

LNT LOGÍSTICA E TRANSPORTES S.A.			
CNPJ: 47.502.424/0001-18			
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (em Reais, centavos omitidos)			
	2023	2022	
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa.....	745.568	3.976.376	
Contas a receber de clientes.....	878.644	8.921.100	
Tributos a recuperar.....	29.501	23.821	
Outros créditos.....	2.977	127.630	
Despesas antecipadas.....	2.332	23.746	
Total do ativo circulante.....	1.659.021	13.072.673	
Não circulante			
Tributos diferidos.....	-	95.962	
Passivo de uso.....	-	16.537.458	
Imobilizado.....	27.741	28.602	
Total do ativo não circulante.....	27.741	16.662.022	
Total do ativo.....	1.686.762	29.734.695	
Passivo			
Circulante			
Fornecedores.....	583.499	5.141.656	
Passivos de arrendamentos.....	-	4.944.005	
Obrigações trabalhistas.....	64.107	765.013	
e encargos.....	31.118	3.379.672	
Obrigações tributárias.....	-	826.181	
Dividendos a pagar.....	-	826.181	
Total passivo circulante.....	678.724	15.056.527	
Não circulante			
Passivos de arrendamentos.....	-	11.875.692	
Total passivo não circulante.....	-	11.875.692	
Patrimônio líquido			
Capital social.....	150.000	150.000	
Reservas de lucro.....	8.058,038	2.652.476	
Total do patrimônio líquido.....	1.008,038	2.802.476	
Total do passivo e do patrimônio líquido.....	1.686.762	29.734.695	
Demonstrações do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 (em Reais, centavos omitidos)			
	2023	2022	
Receita líquida de prestação de serviços.....	149.068.089	87.205.374	
Custo dos serviços prestados.....	(133.174.741)	(76.366.679)	
Lucro bruto.....	15.893.348	10.838.695	
Despesas comerciais.....	(384.611)	(30.196)	
Despesas gerais e administrativas.....	(1.857.555)	(4.047.436)	
Lucro (prejuízo) antes das despesas fixas.....	14.621.182	6.761.063	
Despesas fixas.....	(1.362.903)	(671.919)	
Resultado antes dos impostos.....	12.288.280	6.089.144	
Imposto de renda e contribuição social.....	(4.410.962)	(2.610.486)	
Lucro líquido do exercício.....	7.877.317	3.478.658	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022			
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros
Em 1º de outubro de 2022.....	150.000	-	-
Integralização de capital.....	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-
Destinação para reserva legal.....	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios.....	-	-	-
Transferência para a reserva de lucros.....	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022.....	150.000	173.933	2.478.543
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-
Destinação para reserva legal.....	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios.....	-	-	-
Outros proventos distribuídos aos acionistas.....	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023.....	150.000	567.799	331.796
Responsável Técnico: Marcos Rosa Costa - Contador CRC-ES 014336/O-T-MG			

ATA Nº 001/2024 - REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA	
MGI - MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A.	
CNPJ/MF Nº 19.296.342/0001-29 - NIRE 31300039927	
1. DATA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO: Realizada aos 27 dias do mês de março de 2024, às 10:00 horas, na sede da MGI - Minas Gerais Participações S.A. ("Companhia") na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Rodovia Papa João Paulo II, 4001, Prédio Gerais, 4º andar, Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves - Bairro Serra Verde - Belo Horizonte MG - CEP 31630-901. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENCAS: Convocação realizada nos termos do artigo 15, §2º do Regimento Interno da Companhia. Participaram os membros Fabio Rodrigo Amaral de Assunção, Andrea Linhares de Oliveira Nunes, Sílvia Caroline Listgarten Dias, Leonardo Santos de Carvalho, José Marcus Diniz Ferreira Junior, Reges Moisés dos Santos e Felipe Magno Parreiras de Souza, representando 100% dos membros do Colegiado. 3. OBJETIVO: Atribuição de poderes para o Sr. Fabio Rodrigo Amaral de Assunção e Andrea Linhares de Oliveira Nunes. 4. ORDEM DO DIA: (i) Resultado do Planejamento Estratégico 2019-2023; (ii) Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Findo em 31 de dezembro de 2023 ("DF's 2023"); (iii) Destinação dos resultados referentes ao Exercício de 2023 e provisionamento de Juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2024; (iv) Destinação da integralização do capital realizada em janeiro/2024; (v) Eleição membro do CAUD. 5. DELIBERAÇÕES: Instalada a Reunião, os membros do Colegiado analisaram e discutiram sobre as matérias constantes da ordem do dia, deliberando, por unanimidade: 4.1. O Colegiado tomou conhecimento do cumprimento de 91% do Planejamento aprovado para o período 2019-2023. 4.2. O Colegiado recomendou a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e o respectivo Relatório da Administração, recomendando a sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. 4.3. Recomendar à Assembleia Geral Ordinária a aprovação: (a) da não distribuição de dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio - JCP relativos ao exercício de 2023; (b) do provisionamento dos juros sobre o capital próprio, a serem imputados ao valor dos dividendos obrigatórios do exercício de 2024. 4.4. Aprovar a alteração da destinação da diferença entre o saldo a integralizar para convênios e o valor dos convênios vigentes a partir, no montante de R\$75.724.455,94, na data base 31/12/2023, de "Convênios" para "Opções Flexíveis". 4.5. Eleger como membro do CAUD - Comitê de Auditoria Estatutário, o Sr. Erick Júnierque de Almeida. 5. OUTROS ASSUNTOS: 5.1. Operação de debêntures, avaliação de imóvel adjudicado, prestações de contas de convênios, proposta comercial. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião, da qual se lavrou a presente Ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Belo Horizonte, 27 de março de 2024. Assinaturas: Fabio Rodrigo Amaral de Assunção - Presidente; Andrea Linhares de Oliveira Nunes - Vice-presidente; Leonardo Santos de Carvalho - Conselheiro; Sílvia Caroline Listgarten Dias - Conselheira; José Marcus Diniz Ferreira Junior - Conselheiro; Reges Moisés dos Santos - Conselheiro; Felipe Magno Parreiras de Souza - Conselheiro. Declaro que a presente é cópia fiel da ata original lavrada em livro próprio. Belo Horizonte, 27 de março de 2024. Niro de Almeida - Boas de Castro - Diretor Presidente da MGI. JUCEMG (Registro Digital sob o nº 11623737 em 09/04/2024 - Protocolo nº 242243037 - Marinelvy de Paula Bonfim - Secretária Geral). Esta publicação é a versão resumida de que trata o Art. 289 da Lei 6404/76. Versão completa divulgada na versão online.	

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	
DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 - Cj 62 - Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela Credora FIDUCIÁRIA BARI COMPANHIAHIPOTECÁRIA, inscrita no CNPJ sob nº 14.511.781/0001-93, situada à Avenida Sete de Setembro, nº 4.781, CJ.02, Água Verde, Curitiba/PR, nos termos do Instrumento Particular de Empréstimo, com Pacto Adido de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, nº 10850-A, e emissão de Cédula de Crédito Imobiliário nº 10650-A, Série 2022, datadas de 22/03/2022, no qual figura como FIDUCIANTE CASSIA CAROLINA BORGES DA SILVA BASTOS, brasileira, analista do seguro social, portadora do RG nº MG-11.494.416-POMG, inscrita no CPF sob nº 063.204.166-88, casada pelo regime da separação de bens com ARTUR BASTOS DE AGUIAR, brasileiro técnico em enfermagem, portado do CNH nº 04158615775-DETRAN/MG, inscrito no CPF sob nº 106.322.887-42, residentes e domiciliados em Divinópolis/MG, levará a PÚBLICO LEILÃO, de modo Online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia 22 de abril de 2024, às 11:30 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portariz.com.br , em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 429.238,94 (quatrocentos e vinte e nove mil, duzentos e trinta e oito reais e novecentos e quatro centavos), o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora/fiduciária, constituído por Casa Residencial nº 82, sub-lote 001, com uma área construída de 59,98m², situação Avenida Monte Líbano, no Bairro Manoel Vainhas, na cidade de Divinópolis/MG, e seu respectivo lote de terreno nº 049, da quadra 123, zona 020, com a área total de 300,00m², com as seguintes medidas confrontações: medindo 12 x 25mts, confrontando pela direita com o lote 61; pela esquerda com o lote 37 e fundos com o lote 297. Imóvel objeto da matrícula nº 3.153 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Divinópolis/MG. Observação: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 29 de abril de 2024, no mesmo horário e local, para realização do SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 358.732,22 (trezentos e cinquenta e oito mil, setecentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portariz.com.br se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01(uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.portariz.com.br , respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. Os (s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora FIDUCIÁRIA. Em caso de inadimplimento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfazer-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. Pelo presente, fica intimada o alienante fiduciante: CASSIA CAROLINA BORGES DA SILVA BASTOS, casadapelo regime da separação de bens com ARTUR BASTOS DE AGUIAR, já qualificada, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenham sido identificados. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.	

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA	
DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 - Cj 62 - Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pela Credora FIDUCIÁRIA BANCO BARI DEINVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS S/A, inscrita no CNPJ sob nº 00.556.603/0001-74, situada à Avenida Sete de Setembro, nº 4.781, Sobre loja 02, Água Verde, Curitiba/PR, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, nº 50289-1-A, série 2021, datado em 17/09/2021, no qual figura como FIDUCIANTES EDER DA SILVA DE SOUZA, brasileiro, motorista, portador do RG nº MG-896822-SSPM/MG, inscrito no CPF/MF nº 013.621.936-58, e sua mulher KEILA LORRAINE MORAIS, brasileira, vendedora, portadora do CNH nº 0535848500-DETRAN/MG, inscrita no CPF/MF nº 087.453.266-85, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes em Belo Horizonte/MG, levando a PÚBLICO LEILÃO, de modo Online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia 26 de abril de 2024, às 15:00 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portariz.com.br , em PRIMEIRO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 163.402,64 (cento e sessenta e três mil, quatrocentos e dois reais e sessenta e quatro centavos), o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora FIDUCIÁRIA, constituído por imóvel constituído pela fração ideal de 0,012323, a ser dividido em 01 (uma) unidade, com a matrícula nº 77.834 do 5º Oficial de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG, inscrita no CPF sob nº 913.186-44, com a área de 913,1864m², com as suas medidas e confrontações de acordo com a planta respectiva, e de 51,4157m², área equivalente de construção total de 50,610m², dos lotes 33 a 38, da quadra 33A, com área de aproximadamente 2.699,57m², limites e confrontações da planta respectiva. Av. 12 para constar que houve uma retificação da numeração, passando o nº 20 do lote 33 para o nº 21 e o lote 34 para o nº 33, com a área de 51,4157m², com as suas medidas e confrontações de acordo com a planta respectiva. HORÁRIO/MG. Observação: a) Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. b) Constata Ação Revisória nº 5220284-79-2022.8.13.0024 e Ação Anulatória nº 5150117-03.2023.8.13.0024. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 03 de maio de 2024, no mesmo horário local, para realização do SEGUNDO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior a R\$ 156.253,29 (cento e cinquenta e seis mil, duzentos e cinquenta e três reais e vinte e nove centavos). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portariz.com.br se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01(uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.portariz.com.br , respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. Os (s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora FIDUCIÁRIA. Em caso de inadimplimento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfazer-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. Pelo presente, ficam intimados os alienantes fiduciários: EDER DA SILVA DE SOUZA, KEILA LORRAINE MORAIS, já qualificados, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenham sido identificados. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.	



Edição impressa produzida pelo Jornal
DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as integradas das Publicações Legais
contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
<https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal>
Acesse também através do QR CODE ao lado.



SETOR INDUSTRIAL

Imersão Indústria tem início na Capital

Debater temas estratégicos, além de gerar oportunidades de negócios, está entre os propósitos dessa edição

THYAGO HENRIQUE

Teve início, ontem, a primeira edição do Imersão Indústria em 2024, considerado o maior encontro da indústria mineira. Com palestras sobre temas estratégicos ao setor produtivo do Estado, o evento tem como propósito gerar oportunidades de negócios, criar conexões e compartilhar experiências.

Com uma extensa programação até amanhã (12), especialistas renomados debaterão sobre energia, meio ambiente, impactos tributários, ESG (sigla, em inglês, referente as boas práticas de empresas nos

Para esta edição, a previsão de público é de 3,5 mil pessoas. O encontro tem como público-alvo empresários, executivos, profissionais liberais, estudantes, membros do poder público, sindicatos industriais e demais interessados.

“Teremos 130 palestrantes, divididos em várias palestras de temas diversos, de interesse da sociedade ou do setor produtivo. Teremos um público com certeza muito relevante de empresários e também de pessoas que têm interesse pelas temáticas do setor produtivo, além de especialistas das mais diversas

“Teremos 130 palestrantes, divididos em temas diversos, de interesse da sociedade ou do setor produtivo. Teremos um público com certeza muito relevante de empresários e de pessoas que têm interesse pelas temáticas do setor produtivo”

aspectos ambientais, sociais e de governança), inteligência artificial, gestão e liderança. Serão mais de 50 painéis e palestras simultâneos. Os ingressos podem ser adquiridos na Sympia.

Promovido pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), o Imersão Indústria pretende ainda proporcionar experiências únicas aos participantes, com espaços dedicados à integração e experimentação de marcas. O evento acontece no Minascentro, na região Centro-Sul de Belo Horizonte.

áreas. Estou muito otimista”, disse o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe.

Momento - Além do executivo da Fiemg, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Antônio Ricardo Alban, marcou presença na abertura do encontro. Na ocasião, o dirigente destacou o momento do setor industrial no País e citou que mesmo com queda no Produto Interno Bruto (PIB) nos primeiros meses do ano, a previsão é de alta de 2% em 2024.

“Nas próximas semanas



Abertura do Imersão Indústria ocorreu ontem no Minascentro, com a presença de autoridades e representantes do setor produtivo

devemos estar publicando uma previsão mais otimista do PIB geral do Brasil. Infelizmente não será ainda maior por problemas do agronegócio, no que diz respeito a safra e os preços das commodities no mercado internacional. Mas definitivamente estamos otimistas, o que não significa que não temos vários desafios ao

longo desse período”, afirmou. Alban reiterou que, apesar dos desafios, a volta do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic) trouxe otimismo para o setor. De acordo com ele, a “indústria foi posta na mesa” e a criação da nova política industrial – lançada em janeiro – não significa que terão

sucesso, mas foi um primeiro passo para que a indústria brasileira e mineira possam ter de volta a representatividade no desenvolvimento econômico e social do País e do Estado.

Vice-governador - Outro a participar da abertura do Imersão Indústria foi o vice-

-governador de Minas Gerais, professor Mateus Simões (Novo), substituindo o governador Romeu Zema (Novo) – com problemas de saúde. Em seu discurso, o representante do Estado aproveitou para realçar os feitos do governo, como a marca de R\$ 1 trilhão no PIB e a de 800 mil postos de trabalho criados.

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 02 de maio de 2024, a partir das 09h30min. 2º LEILÃO: 03 de maio de 2024, a partir das 13h30min (horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 - Jardim Eliza - Embu das Artes/SP. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL vierem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor FIDUCIÁRIO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com eficácia de escritura pública nº 074737230/00054, firmado em 20/03/2013, com o(s) FIDUCIANTE(s) **MARIO CELIO DE ANDRADEPAULO RICARDO SOARES DE ANDRADE**, maior/irmão, inscrito no CPF nº 528.582.516-49/01.746.256-06, no dia 02 de maio de 2024, a partir das 09h30min em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 457.878,52** (quatrocentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), o imóvel matriculado sob nº 23.917 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de Sete Lagoas/MG, constituído pela Casa situada na Rua Professor Avelino nº 4251, bairro JK, Sete Lagoas/MG, com área constituída de 117,73m² e área total de 360,00m². Cadastro Municipal: 01.07.01.036.0180.001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.06 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A, Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 03 de maio de 2024, a partir das 13h30min, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 168.356,75** (cento e sessenta e oito mil, trezentos e cinquenta e seis reais e setenta e cinco centavos), nos termos do art. 27, 32º da Lei 9.514/97. O **leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.LojaSOLDLEILÕES.com.br (www.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net (Dossê 02.19330).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Prezados Senhores, Na qualidade de Síndico do **Condomínio do Conjunto Frederico Corrêa - Salas**, sirvo-me da presente para convocar V.Sas. para participarem da Assembleia Geral Ordinária, a realizá-la no próximo dia **25 de Abril de 2024**, quinta-feira, na Sala 1301, do próprio prédio, Rua dos Tupis, nº. 457, às 15h00min, em Primeira Convocação com número regimental de participantes, e às 15h30min, em Segunda Convocação, no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: A) Deliberação sobre a Prestação de Contas - Exercícios 2022/2023 e de Janeiro a Março de 2024; B) Eleição de Síndico e Conselheiros; C) Previsão Orçamentária - Reajuste da Taxa Condominial; D) Alteração da data de Vencimento da Taxa Condominial; E) Fixação de Taxa Extra para sanar as necessidades do Condomínio; F) Outras - Apresentação de Orçamentos; G) Outros assuntos de interesse do Condomínio. É lícito aos Senhores Condôminos se fazerem representar na Assembleia ora convocada por procurador, sendo que este poderá representar uma soma de Condôminos que representem 5 (cinco) unidades autônomas, **com procurações específicas e com firma reconhecida**. Os ausentes dos Senhores Condôminos não poderão comparecer e aceitar com qualquer concordância aos assuntos que forem tratados e deliberados. Os Condôminos em atraso com o pagamento de suas obrigações condominiais não poderão votar nas deliberações da Assembleia. Belo Horizonte/MG, 09 de Abril de 2024. (ass.) **Condomínio do Conjunto Frederico Corrêa - Salas** - Leonardo Tassu Azevedo - Síndico

CONSORCIO DE SUPERVISÃO E APOIO PARAARAENSE STRASUL

Constituição de Consórcio

O CONSÓRCIO DE SUPERVISÃO E APOIO PARAARAENSE STRASUL, inscrito no CNPJ nº 54.498.309/0001-82, composto pelas empresas STRATA ENGENHARIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 38.743.357/0001-32 e PROSUL - PROJETOS, SUPERVISÃO E PLANEJAMENTO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 80.896.861/0001-00, informa a quem interessar possa, que arquivou seu registro de constituição na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, sob o nº NIRE 310024307-2 em 27/03/2024 e tem por objetivo a execução, pelas CONSORCIADAS, de contrato para prestação de serviços técnicos de supervisão e apoio à fiscalização da execução de obras de implantação, restauração e/ou ampliação de capacidade e modernizações e obras de arte especiais, por decisão do âmbito da Superintendência Regional Oeste e Diretoria Técnica do DER/PR, relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023 DER/DT/ROESTE, GMS Nº 1477/2023 (PE), realizado pelo DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANÁ - DER/PR.

ESTAMPARIA S.A.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da Estamparia S.A. convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27/04/2024, às 10 horas, de forma presencial, na sede social da Companhia, à Rua José Maria de Lacerda, 215 - Centro, Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023; 3. Fixar a remuneração anual dos administradores; 4. Outros assuntos. Os documentos relativos às informações e matérias a serem discutidas e votadas estão disponíveis dos acionistas, para consulta, na sede da Companhia ou por e-mail ao Gerente de Contabilidade Renato Minardi França, através do e-mail renato@estamparia.com.br. (ass.) **ROGÉRIO MC SARENHAS CEZARINI** Presidente do Conselho de Administração

49º LEILÃO MARCO GRILLI

LEILOEIRA: Luiza Cardoso JUCEMG 1288.

Dia 16, 17 e 18 de Abril às 19h

marcogrilli.com.br

Exposição dos lotes na loja 9h às 18h.

R: Marília de Dirceu 56 BH.

COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO

CNPJ nº 33.131.541/0001-08

NIRE 313.0004024-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

MASCARENHAS BARBOSA ROSCOE S.A. CONSTRUÇÕES

CNPJ 17.193.590/0001-19 - NIRE: 31300045595

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 02/04/2024, às 16h, na sede social, em Belo Horizonte/MG, bem como a participação por videoconferência de todos os membros. Presidência pelo Sr. Aníbal Ferraz Graça Sobrinho e secretariado pelo Sr. Luiz Fernando Pires, que deliberaram e aprovaram o seguinte: Encerramento da filial localizada na Rua Farmacêutico José Cláudio Pessoa, nº 21, Sala 05, Centro, CEP 35.935-000, São Gonçalo do Rio Abaixo, MG. Encerramento: A Ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. Belo Horizonte/MG, 02 de Abril de 2024. Aníbal Ferraz Graça Sobrinho - Presidente de Mesa. JUCEMG - Certífico o registro sob o nº 11619935 em 08/04/2024. Protocolo: 242178791. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

MATE COURO S/A.

CNPJ DO MIN.FAZ. nº 17.177.296/0001-13

"ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO"

Ficam os Senhores Acionistas convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, às 11:00 Horas do dia 24/04/2024, na sua sede social à Rua Ninive, 640, bairro São Salvador, nesta Cidade e Estado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: AGO: 1- Exame, discussão e votação do Relatório da Administração, Balanço Geral do Ativo e Passivo, bem como das Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; 2- Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do exercício e distribuição de dividendos; 3- Fixação da Remuneração Global anual da Diretoria; 4- Eleição dos Membros do Conselho Fiscal, bem como fixação de sua remuneração; AGE: 1-Aumento do Capital Social de R\$22.700.000,00 para R\$34.400.000,00, mediante aproveitamento de R\$11.057.369,00 da conta de Lucros a Realizar e R\$642.631,00 da Reserva Legal, sem aumento do número de ações, com a consequente alteração do art. 4º do Estatuto Social; - Consolidação do Estatuto Social; 2 - Outros assuntos de interesse da sociedade. Belo Horizonte, 10 de abril de 2024. a) Arthur Eduardo Savassi Biagini - Diretor Presidente b) Rodrigo Savassi Biagini - Diretor Superintendente

Ficam convidados os senhores acionistas da Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração ("Companhia") para se reunirem, no dia 29 de abril de 2024, às 10 horas, em primeira convocação, na sede da Companhia, localizada na cidade de Araxá, Estado de Minas Gerais, na Córrego da Mata s/nº, em Assembleia Geral Ordinária, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- b) destinar o lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- c) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia, incluindo a nomeação do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração dentre os eleitos;
- d) fixar o valor da remuneração global anual a ser paga aos administradores da Companhia no exercício social de 2024.

Araxá, 03 de abril de 2024.

Pedro Moreira Salles
Presidente do Conselho de Administração

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) e o Hospital Risoleta Tolentino Neves (HRTN), no uso de suas atribuições, tornam pública a errata n 02 do Processo Seletivo Edital 01/2024. Informamos que a íntegra do arquivo será divulgada no endereço eletrônico www.gestaodeconcursos.com.br.

EXÉRCITO BRASILEIRO

CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA/CM-BH (CPOR/CM-93) (CASA MARECHAL ESPERIDIÃO ROSAS)

GOVERNO FEDERAL

MINISTÉRIO DA DEFESA

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 90005/2024

Processo Administrativo Nº 64213.002340/2024-38

A União, apresentada no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva e Colégio Militar de Belo Horizonte, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, para aquisição de lousas de vidro para as salas de aula e demais dependências do CPOR/CM-BH. Os interessados deverão consultar o Edital disponível no endereço <http://www.cmbh.em.br/ou> <https://cnsmobile.esteleiro.serp.gov.br/cpnasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=1605230590005024>. Entrega das propostas a partir de 10/04/2024 às 09h30min no site <https://www.gov.br/cnpcc/pt-br>. Abertura das Propostas: 22/04/2024 às 09h30min (horário de Brasília) no site <https://www.gov.br/cmpas/pt-br>. Maiores informações no tel (31) 3508-9630 ou pelo e-mail licitacao@cpormbh@gmail.com.

LEONARDO WERDAN TORRES – Cel
Ordenador de Despesas do CPOR/CM-BH

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - PRESENCIAL E ONLINE

1º LEILÃO: 02 de maio de 2024, às 15h00min. 2º LEILÃO: 03 de maio de 2024, às 15h00min. (horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP. CEP: 03164-140. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL vierem ou dele conhecimento tiver, que levará novamente a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor FIDUCIÁRIO BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 0010070690, firmado em 28/02/2020, com a **Fiduciante FRANCIELLE DE ASSIS PEREIRA**, maior, inscrita no CPF nº 117.390.336-47, no dia 26/04/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 285.055,17** (duzentos e cinquenta e cinco mil e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos), o imóvel matriculado sob nº 97.918 do Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte/MG, constituído por "Uma construção residencial com área de 57,57m², situada na Rua Boa Esperança, nº 511 (Av.02) e seu respectivo lote de terreno denominado A35, de quadra nº 01, no Bairro Luzia Maria dos Santos, na cidade de Nova Serrana/MG, com área de 140,77m² (cento e quarenta metros e setenta e sete centímetros quadrados), medindo 08,21m de frente; 16,91m; a direita; 08,45m de fundo e 16,41m; à esquerda; situado na Rua Boa Esperança, esquina com a Avenida Itália, confrontando a direita com o lote A34, fundo com o lote A17, esquerda com a Avenida Itália e frente com a Rua Boa Esperança". Cadastro Municipal: 01.05.069.3524.001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.04 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A, Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 02/05/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 249.945,93** (duzentos e quarenta e nove mil novecentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos), nos termos do art. 27, 32º da Lei 9.514/97. O **leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira. Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Outras informações no site da Leiloeira: www.FrazaoLeiloes.com.br. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.21345. POTEC. 2680-03).



POLÍTICA

LEILÃO BR-040

Projeto prevê aportes de R\$ 8,7 bi

Critério de escolha do certame de hoje será o maior desconto sobre a tarifa básica de pedágio

DIONE AS

Oleilão para concessão do trecho da BR-040 entre Belo Horizonte e Juiz de Fora, na Zona da Mata, está marcado para hoje na sede da B3, em São Paulo. Por se tratar de uma via em fase de relicitação, o edital do projeto prevê a transição operacional entre a operadora atual, Via 040, e a futura ganhadora do

O Ministério dos Transportes ressaltou que a concorrência é a maior para leilões de rodovias no País nos últimos seis anos. O trecho em questão tem 232 quilômetros

certame. O critério de escolha será o maior desconto sobre a tarifa básica de pedágio.

O projeto prevê investimentos de R\$ 8,7 bilhões, considerando de R\$ 5,04 bilhões em adequações e melhorias e R\$ 3,65 bilhões em custos operacionais. O leilão, que vai definir a nova concessionária que ficará responsável pela BR-040 pelos próximos 30 anos, está marcado para às 14h.

O trecho a ser licitado tem início em Belo Horizonte, no entroncamento com a BR-356 até Juiz de Fora, no entroncamento

com a Antiga União e Indústria (Bairro Triunfo), totalizando 232,1 quilômetros.

As companhias concorrem ao certame são o Consórcio Vetor Norte, a Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR), a EPR Sul de Minas e o Grupo Azevedo & Travassos.

Ao DIÁRIO DO COMÉRCIO, o Ministério dos Transportes informou que a empresa vencedora do leilão será responsável pela administração e modernização da via pelos próximos 30 anos. Ao todo, as obras vão beneficiar cerca de 3,6 milhões de pessoas que residem na região, nos 13 municípios impactados, podendo gerar mais de 73 mil postos de trabalho nas obras e serviços previstos.

A pasta ressaltou que a concorrência é a maior para leilões de rodovias desde os últimos seis anos. Em nota, o Ministério dos Transportes pontua que o segmento com 232 quilômetros de extensão deve receber os investimentos que serão realizados para “e elevar os padrões operacionais e de segurança da rodovia. O critério de julgamento do leilão será o maior desconto sobre a tarifa básica de pedágio”.

Zema vai acompanhar a disputa - Por ser uma das principais rodovias do Estado, o **governo de Minas Gerais confirmou a participação do governador, Romeu Zema (Novo)**. Além disso, também está prevista uma **reunião do**



DIVULGAÇÃO / VIA040

Relicitação do trecho que liga Belo Horizonte a Juiz de Fora recebeu propostas de 4 grupos

chefe do Executivo do Estado com o ministro dos Transportes, Renan Filho, na tarde de hoje.

No âmbito das intervenções previstas está a execução, implementação, administração e gestão de 47 dispositivos e interseções (novos e remodelados), 39 obras de arte especiais, 14 quilômetros de ciclovias, 57 pontos de ônibus, 11 passagens de fauna, três praças de pedágio e **ponto de parada de descanso para caminhoneiros.**

O leilão da rodovia é o primeiro a ser realizado em 2024 e o terceiro certame agendado durante o governo Lula (PT). A concessão marca, inclusive, a primeira relicitação de uma rodovia integrante da lista dos chamados “contratos problemá-

uticos”, que estão em processo de devolução do ativo à União.

O novo certame acontece pouco mais de dez anos após a Invepar arrematar o trecho dentro de um pacote maior, de 936 quilômetros, que ligava o município mineiro à Brasília. Com o fracasso da concessão, o Ministério dos Transportes dividiu o contrato em três fatias menores. O leilão de hoje será de uma dessas fatias.

Mineração será favorecida - Para o superintendente de Concessão da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Marcelo Cardoso Fonseca, o projeto também causará impacto para as mineradoras que atuam na região e cujos caminhões transitam pela rodovia. Segundo

ele, é crucial haver uma operação eficiente, especialmente com a implementação de monitoramento inteligente desde o início da concessão.

Outro fator citado é a redução de acidentes na BR-040. “Temos bastante parte desse trecho com multivias. Ou seja, temos duas faixas de cada sentido, mas sem separação central e isso faz com que tenhamos muitos acidentes. Resolveremos essa questão por meio de duplicações com separação central. Isso pode ser feito tanto com um canteiro central quanto com uma barreira rígida, que vai impedir que os veículos cruzem para o outro sentido”, explica. **(Com informações da Folhapress/Thiago Bethônico)**

PETROBRAS

MG ficou em segundo lugar na arrecadação

LEONARDO LEÃO

Minas Gerais foi o segundo estado brasileiro que mais arrecadou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da Petrobras em 2023, com R\$ 12,2 bilhões recolhidos. Outro destaque foi o município de Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), que arrecadou R\$ 29,2 milhões do Imposto Sobre Serviço (ISS) e outros tributos municipais, a nona maior arrecadação no *ranking* nacional.

No caso de Minas, o valor recolhido pela empresa petrolífera representa 17,1% do total de ICMS arrecadado no Estado. Esse percentual só fica abaixo do observado nos estados do Mato Grosso do Sul (29,3%), Tocantins (23,4%), Goiás (20,4%), Pará (18,3%) e Mato Grosso (17,9%).

O topo da lista entre os estados brasileiros com as maiores



UESLEI MARCELINO / REUTERS

Foram R\$ 12,2 bilhões recolhidos de ICMS no Estado provenientes da petrolífera em 2023

arrecadações é ocupado por São Paulo, com R\$ 21 bilhões. Minas e São Paulo foram os únicos a superarem a barreira dos R\$

10 bilhões recolhidos no ano passado.

Considerando tributos próprios, retidos e participações

governamentais, a Petrobras recolheu R\$ 240,2 bilhões em 2023. Do total pago aos cofres públicos, R\$ 61,4 bilhões correspondem

a participações governamentais; principalmente *royalties* e participação especial, que estão diretamente relacionados aos preços do petróleo e gás natural no mercado internacional, cotados em dólar. Outros R\$ 87,4 bilhões de recolhimentos federais e R\$ 90,2 bilhões estaduais.

Além disso, a companhia recolheu R\$ 1,2 bilhão para 284 cidades distribuídas em 21 estados brasileiros. Isso representa um aumento de 14% nos pagamentos de tributos municipais na comparação com o ano anterior, impulsionados principalmente pelo Imposto sobre Serviços recolhidos pelo regime de Substituição Tributária (ISS-ST).

Dentre os municípios, o grande destaque foi a cidade fluminense de Macaé, com R\$ 253,7 milhões em tributos arrecadados. Foi a única cidade a superar a marca dos R\$ 100 milhões em 2023.

CLASSE MÉDIA

Governo vai lançar programa de crédito habitacional

O governo lançará na próxima semana um novo programa de crédito habitacional voltado para a classe média e que permita, segundo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que as pessoas possam comprar casas “um pouco maiores”. “A gente faz casa para pobre e o rico tem financiamento. Não tem casa para o cara que ganha R\$ 7 mil. Nós, agora, vamos lançar na semana que vem um programa de financiamento, um programa de crédito habitacional para que as pessoas possam comprar uma casa um pouco melhor”, disse.

O programa Minha Casa, Minha Vida, cobre o financiamento de moradia para

pessoas com renda até R\$ 8 mil, mas o mercado de crédito imobiliário está escasso para famílias com renda acima desse valor, explicou o ministro das Cidades, Jader Filho.

“Vamos lembrar que R\$ 8 mil está dentro do “Minha Casa Minha Vida”, no faixa 3. Esse está coberto. O que a gente precisa discutir é daí para frente. Temos que aumentar crédito”, afirmou.

O ministro argumenta que com a redução dos depósitos em poupança, que financiam o sistema de empréstimos para casa própria, e os juros muito altos, os bancos não têm tanto interesse em financiar o segmento, o que reduziu o crédito.

Para tentar recuperar o setor, o governo está discutindo algumas possibilidades para incentivar a oferta de crédito. Uma das que está sendo discutidas é a redução do depósito compulsório dos bancos no Banco Central, de 20% para 15%, com o montante da diferença de cinco pontos percentuais sendo usado para crédito imobiliário.

“É uma questão que está sendo discutida pelo Ministério da Fazenda, a Caixa e o Banco Central”, explica a vice-presidente de Habitação da Caixa, Inês Magalhães. “Se isso for feito a Caixa está pronta para imediatamente pôr os recursos em financiamento”, acrescenta. No entanto, a medida depen-

de de uma decisão do Banco Central.

Minha Casa, Minha Vida –

Na última terça (9) o governo anunciou o investimento de R\$ 11,6 bilhões na contratação de mais 112 mil moradias, sendo 75 mil na modalidade rural e outras 37 mil na modalidade entidades, em que grupos de moradia popular administram e constroem as moradias. Todas as unidades são dedicadas à faixa 1, de famílias com renda até R\$ 2.640.

Em seu discurso, Lula ainda afirmou que o Executivo também precisa elaborar um outro programa de crédito para reforma de moradias. **(Reuters)**



UESLEI MARCELINO / REUTERS

Presidente diz que a medida será divulgada na próxima semana

Mais rodovias serão relicitadas

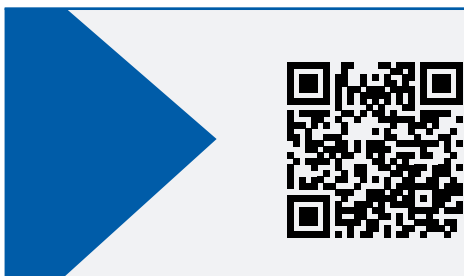
São Paulo - Batizada de Via 040, a rodovia foi leiloada em 2013, na chamada terceira etapa de concessões rodoviárias. A previsão era de que o contrato durasse por três décadas, mas cerca de três anos depois, em 2017, a Invepar anunciou que entraria com um pedido de relicitação, que é a devolução amigável do ativo para que um novo leilão seja feito pelo governo. O pedido foi aprovado em 2019.

O destino da Via 040 foi parecido com o de outras várias rodovias leiloadas no governo de Dilma Rousseff (PT). Segundo especialistas, os contratos da terceira etapa do programa previam investimentos muito arrojados em um curto espaço de tempo.

O leilão da BR-040 de hoje será o desfecho de apenas um desses “ativos estressados”, como são chamados no jargão do setor. Pelo menos outras 15 rodovias federais ainda precisam passar por novas licitações ou otimizações contratuais. Inclusive os dois lotes que vão restar da Via 040. Uma dessas fatias é a chamada Rota dos Cristais, com 595 quilômetros de extensão, ligando Belo Horizonte a Cristalina (GO). O ministério aguarda sinal verde do Tribunal de Contas da União (TCU) para divulgar o edital. O leilão está previsto para o segundo trimestre de 2024.

Outra fatia vai de Cristalina ao Distrito Federal, incluindo também a ligação entre Brasília e Goiânia. Com 315 quilômetros, o projeto ainda está em fase de estudos, mas é considerado o “*filé mignon*”, dado que boa parte do trecho é duplicada, em área urbana com fluxo consolidado.

Uma vez homologada a concorrência, a Invepar não será mais a operadora do trecho entre Juiz de Fora e Belo Horizonte. A mudança prevê um plano de transição operacional, com possibilidade de transferência de equipamentos e de outros ativos da rodovia. No entanto, a companhia seguirá administrando os demais a realização de uma nova concessão, de acordo com determinação da Justiça em 2023. **(Thiago Bethônico/FolhaPress)**



AGRONEGÓCIO

agronegocio@diariodocomercio.com.br

SORO FETAL BOVINO

Empresa mineira habilitada para exportação

China, principal parceiro comercial de MG, habilitou recentemente 7 frigoríficos no País; produto tem alto valor agregado

MICHELLE VALVERDE

A China, principal parceiro comercial de Minas Gerais, habilitou sete frigoríficos brasileiros a exportarem soro fetal bovino. Dentre os estabelecimentos, um é de Minas Gerais - Biomin Biotecnologia Ltda, empresa de Divinópolis, na região Centro-Oeste do Estado. Os demais frigoríficos estão em Goiás - onde foram habilitadas três empresas -; em São Paulo, dois frigoríficos, e um no Mato Grosso do Sul. Em março, o país asiático já havia habilitado 38 plantas para exportação de carnes, sendo uma em Minas Gerais. Foi um número recorde de habilitações.

Dentre as empresas habilitadas para exportação para a China está a mineira Biomin Biotecnologia Ltda; produto é essencial para cultivo de células em laboratório

Conforme os dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o soro fetal bovino é um produto que tem alto valor agregado e tecnológico. O produto é um componente fundamental para o cultivo de células em laboratório, contribuindo para avanços na pesquisa biomédica e na produção de vacinas e medicamentos.

O analista de Assistência Técnica e Gerencial do Sistema Faeng Senar, Giovanne Oliveira, explica que novas habilitações são importantes para o desenvolvimento da produção pecuária no Estado. "As habilitações das recentes plantas para exportação de produtos pecuários podem estimular ainda mais o desenvolvimento da pecuária mineira, agregando, assim, valor aos produtos e subprodutos da cadeia. Essa conquista demonstra a qualidade técnica e sanitária das empresas ao atender pré-requisitos internacionais de qualidade. Atualmente, é possível aproveitar quase 100% no abate de bovino em indústrias frigoríficas. Habilitações de



DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALISSON J SILVA

Habilitação de unidades para exportarem soro fetal foi a segunda grande habilitação anunciada pela China em menos de um mês

REPRODUÇÃO / SITE BIOMIN

plantas para exportação são sempre positivas quando se agrega valor ao produto primário", explicou.

Inovação - O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Carlos Fávaro, ressaltou, no perfil do Instagram, a importância da habilitação chinesa para que os frigoríficos do País exportem soro fetal bovino. Segundo ele, o insumo é utilizado em processos de tecnologia avançada relacionados à produção de vacinas, medicamentos e tratamentos de doenças do rebanho. Além disso, tem alto valor agregado, mostrando o relevante papel do Brasil também na biotecnologia e inovação.

"Agora, as sete plantas brasileiras poderão processar este produto de altíssimo valor agregado e vender para o país asiático. Este é mais um voto de confiança que nosso maior parceiro comercial deposita na agropecuária brasileira. Isso demonstra que o agro brasileiro, além de colocar comida no prato das famílias em 180 países do mundo, fornece insumos para o desenvolvimento de imunizantes, medicamentos e pesquisas em biotecnologia. A vocação do agro brasileiro também é ciência, biotecnologia, inovação, saúde e sanidade. É o Brasil na vanguarda do mundo", comemorou Fávaro.

Em nota, o secretário de Comércio e Relações Internacionais do Mapa, Roberto Perosa, ressaltou que a habilitação das



Unidade de biotecnologia mineira está instalada em Divinópolis, no Centro-Oeste do Estado

ESTABELECIMENTOS HABILITADOS - SORO FETAL BOVINO

Minas Gerais
Biomin Biotecnologia Ltda

Goiás
River City Biotecnologia Ltda
Sorobras Biotecnologia Ltda
Soroquality Biotecnologia

São Paulo
Bio Nutrientes do Brasil Ltda
Cripiom Biotecnologia Ltda

Mato Grosso do Sul
JBS/SA

Fonte: Mapa

unidades para a exportação de soro fetal bovino para a China mostra o avanço nas relações comerciais do Brasil com o país asiático. Em março, a China também habilitou 38 plantas frigoríficas para exportação

de carnes.

"Essas novas habilitações são frutos do bom relacionamento com a República Popular da China desde o início desta gestão. Estamos testemunhando um grande avanço nas relações

comerciais, com a autorização de uma ampla gama de estabelecimentos para exportar carne bovina e seus subprodutos para aquele país. Isso é motivo de grande entusiasmo para todos nós", disse Perosa.

País asiático importou 2,2 mi/t de carnes

Conforme o Mapa, a habilitação das unidades para a exportação de soro fetal bovino foi a segunda grande habilitação anunciada pelo país em menos de um mês. No início de março, a Administração Geral de Aduanas da China (GACC) enviou comunicado ao Mapa concedendo 38 habilitações a plantas frigoríficas do País.

Ao todo, foram oito abatedouros de frango, 24 abatedouros de bovinos e um estabelecimento bovino de termoprocessamento. Pela primeira vez, também foram habilitados cinco entrepostos, dos quais um é de bovino, três de frango e um de suíno.

Entre as plantas habilitadas, uma é a Minerva S.A, que está localizada em Janaúba, no Norte de Minas, na categoria bovina. Naquela data, o ministro Carlos Fávaro também ressaltou a importância da parceria entre os países. "Esse é um momento importante para os dois lados. A China vai receber carnes de qualidade com preços competitivos, garantindo, assim, produtos a sua população, e ao Brasil a certeza de geração de emprego, oportunidade e crescimento da economia brasileira. É um dia histórico na relação comercial Brasil-China, um dia histórico para nossa agropecuária", disse.

Segundo os dados do Mapa, a China é o principal destino das exportações brasileiras de carne bovina, suína e de frango. Sendo assim, o maior parceiro comercial para proteína animal. Em 2023, o país asiático importou 2,2 milhões de toneladas de carnes do Brasil, ultrapassando, portanto, mais de US\$ 8,2 bilhões. (MV)

SP/MG

Cinturão da laranja encerra safra com queda de 2,2%

São Paulo - A safra de laranja do cinturão citrícola de São Paulo e Minas Gerais em 2023/24 terminou com uma produção de 307,22 milhões de caixas de 40,8 kg, queda de 2,2% ante o ciclo anterior, estimou ontem pesquisa do Fundecitrus, em parceria com a Markestrat e universidades.

A última estimativa para 23/24 ficou 0,69% abaixo da primeira projeção, divulgada em maio de 2023, por condições climáticas desfavoráveis, disse o coordenador da Pesquisa de Estimativa de Safra do Fundecitrus, Vinícius Trombin. "A transição do primeiro semestre chuvoso em 2023 para um déficit de precipitação no segundo semestre, que se prolongou até o fim da temporada em 2024, impactou a produção das laranjeiras", afirmou ele, em nota.

"A precipitação média no cinturão nesse período caiu significativamente, enquanto as temperaturas subiram muito desde a chegada do fenômeno El Niño em junho do ano passado, o que levou a uma maior evapotranspiração e à redução da umidade do solo", explicou o coordenador.

Ele citou ainda o agravamento da doença do *greening* e a colheita mais acelerada nesta temporada, o que encurtou o período de desenvolvimento das laranjas, como fatores impactantes. "A combinação desses fatores resultou em frutos de tamanhos menores do que o esperado das variedades de meia-estação e tardias", pontuou.

Estratégia - Segundo o Fundecitrus, o ritmo mais acelerado de colheita foi uma estratégia



PAULO WHITAKER / REUTERS

Safra 2023/24 de laranja no cinturão citrícola terminou com produção de 307,2 milhões/caixas

para diminuir a taxa de queda de frutos e reduzir as perdas na produção. Contudo, a taxa de queda de frutos ainda perma-

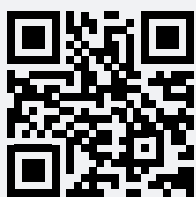
neceu acima dos níveis históricos, especialmente devido ao impacto do *greening*, segundo o fundo de pesquisas.

Sob o impacto do *greening*, doença que não tem cura e reduz a produtividade dos pomares, a principal região

citrícola do Brasil (maior produtor e exportador de suco de laranja) tem colhido menos laranja do que o potencial.

A taxa acumulada desde o início da safra foi de 19,0%, e a perda de produção resultante da queda prematura de frutos foi estimada em 72 milhões de caixas. Dentre os motivos da queda de frutos, o principal nesta safra foi mesmo o *greening*, com 8,35% dos 19% totais, o que representa 32 milhões de caixas que caíram prematuramente, segundo relatório do Fundecitrus.

Em seguida, dentre as pragas e doenças, vieram o bicho-furão e as moscas-das-frutas (juntos, 5,05%). Em terceiro lugar, a categoria que abrange a queda natural (2,00%) e a mecânica (1,02%), seguidos por outros fatores. (Reuters)



GOVERNANÇA

IBGC busca sustentabilidade corporativa

Fundado há 30 anos, Instituto aumenta presença e diversifica membros para impacto positivo na sociedade



DANIELA MACIEL

Pronto para iniciar as comemorações de 30º aniversário em 2025, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) - organização da sociedade civil referência em governança corporativa - tem como objetivo gerar e disseminar conhecimento a respeito das melhores práticas em governança corporativa e influenciar os mais diversos agentes em sua adoção, contribuindo para o desempenho sustentável das organizações e, consequentemente, para uma sociedade melhor.

Desde a chegada da pandemia de Covid-19 ao Brasil, no início de 2020, e a consequente digitalização dos eventos, o Instituto aumentou sua presença nos estados e viu o interesse pelo tema da governança corporativa crescer no Brasil. De acordo com a diretora-geral do IBGC, Valéria Café, a crise de confiança e econômica desencadeada pela doença fez com que empresas e gestores se voltassem para a governança como um instrumento não apenas de gestão com vistas à redução de custos e aumento das margens de lucro em primeira instância,

mas também como método e ferramenta para lidar, implementar e controlar temas cada vez mais importantes para a sociedade como responsabilidade ambiental e social.

“Hoje, entre 12% e 15% dos nossos associados, são empresas e o restante são gestores que participam do IBGC como pessoa física. Queremos aumentar o número e diversificar o perfil de empresas fazendo com que a governança se fortaleça dentro da cultura corporativa, deixando de ser um propósito

mento e a disseminação das melhores práticas.

- Diversidade: Valorização e incentivo à multiplicidade de ideias e opiniões.
- Independência: Soberania nos princípios, zelo pela imagem e imparcialidade em face de quaisquer grupos de interesse.
- Coerência: Entre iniciativas e princípios da governança corporativa, ou seja, a Transparência, a Equidade, a Prestação de Contas (*accountability*) e a Respon-

sabilidade Corporativa. Entre as principais iniciativas do IBGC nos últimos anos está a criação do Centro de Governança da Família Empresária - um *hub* surgido a partir do Fórum Nacional de Governança da Família Empresária, que aconteceu em março de 2024, que visa promover uma rede de relacionamentos para que seus membros compartilhem experiências e aprendizados obtidos ao longo de suas jornadas a partir de fóruns, imersões,

entre outros encontros, que colocam as relações da família empresária e os seus negócios no centro do debate. Outra pauta de grande interesse são as mudanças climáticas. Entre os dias 6 e 10 de junho, será realizada a Vivência Samaúma. O projeto, organizado pelo IBGC/Chapter Zero Brazil, será em Manaus (AM). O objetivo é fazer com que os participantes se (re)conectem com a Floresta Amazônica e conheçam possíveis economias e modelos de negócios e de sociedade mais sustentáveis. Os participantes passarão duas noites em um hotel em Manaus e outras duas noites embarcados. Na ocasião, terão a oportunidade de realizar uma série de atividades transformadoras como:

- Visitas a comunidades indígenas e ribeirinhas para conhecer seus saberes e modos de vidas;
- Visitas a entidades e projetos locais;
- Aulas/conversas/*workshops* com especialistas.

“Convidamos os conselheiros para essa imersão porque as empresas precisam se mobilizar em torno da governança climática. Empresas e gestores têm papel fundamental nesse debate e na tomada de decisões que realmente impactem o destino do nosso planeta positivamente enquanto ainda há

“Hoje, entre 12% e 15% dos nossos associados, são empresas e o restante são gestores que participam do IBGC como pessoa física. Queremos aumentar o número e diversificar o perfil de empresas”

desta ou daquela gestão para ser uma política permanente dentro das companhias”, explica Valéria Café.

O IBGC é considerado um *think tank* da governança corporativa, uma rede colaborativa de ideias dedicada a explorar temas e questões importantes sobre governança e que impactam positivamente a sociedade a partir de quatro valores:

- Proativismo: Comprometimento com a capacitação de agentes, com o desenvolvi-

bilidade Corporativa.

bilidade Corporativa. Entre as principais iniciativas do IBGC nos últimos anos está a criação do Centro de Governança da Família Empresária - um *hub* surgido a partir do Fórum Nacional de Governança da Família Empresária, que aconteceu em março de 2024, que visa promover uma rede de relacionamentos para que seus membros compartilhem experiências e aprendizados obtidos ao longo de suas jornadas a partir de fóruns, imersões,



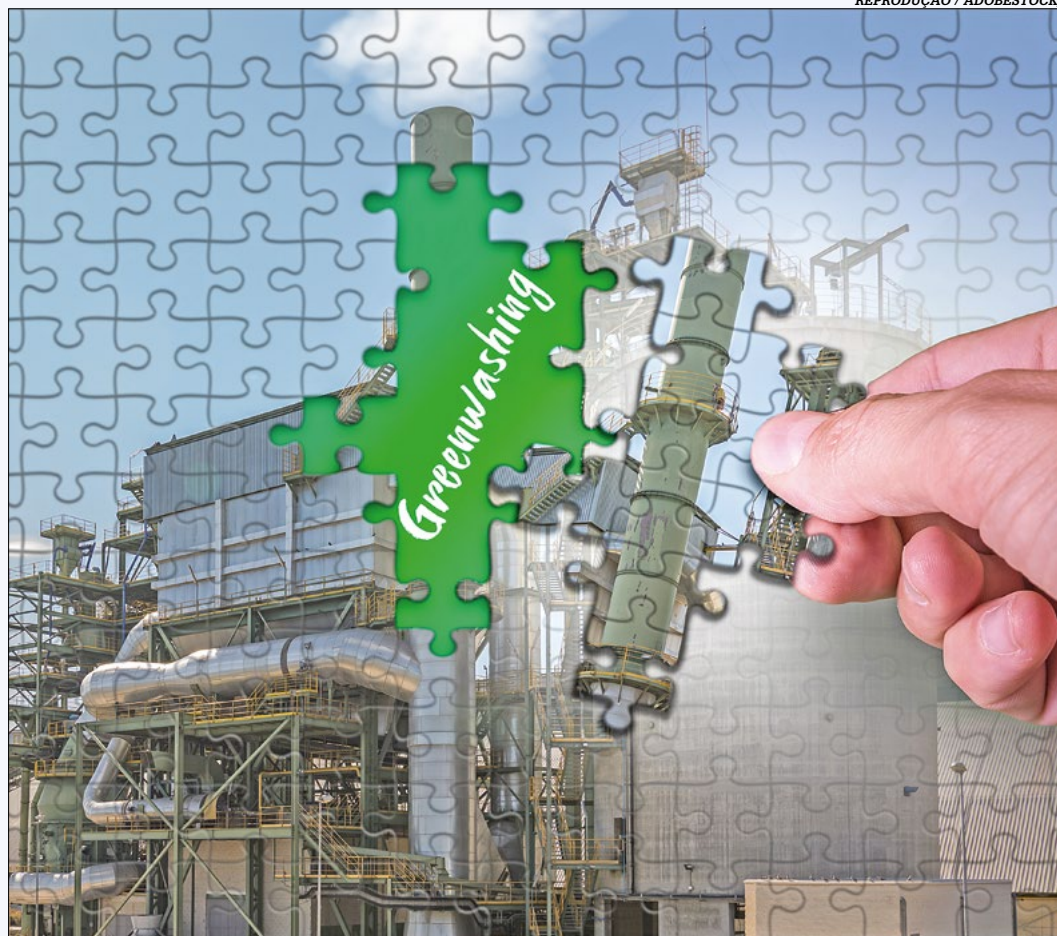
Valéria Café: governança precisa ser uma política permanente

tempo”, pontua a diretora-geral do IBGC.

Os princípios da governança corporativa são também essenciais para o trabalho desenvolvido pelo Movimento Minas 2032 - pela transformação global (MM 2032). Liderado pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO, o MM2032 propõe uma discussão

sobre um modelo de produção duradouro e inclusivo, capaz de ser sustentável, e o estabelecimento de um padrão de consumo igualmente responsável, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2015.

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Falta de certificação compulsória e padronização de balanços estimula casos de *greenwashing*

Relatórios ESG em xeque, diz pesquisa

Um total de 98% dos investidores do Brasil acredita que há informações falsas nos relatórios divulgados pelas empresas sobre ESG - Environmental, Social, and Governance - em português, ambiental, social e governança. A pesquisa, divulgada este ano pela consultoria PwC, mostrou que a porcentagem global de desconfiança é de 94%.

O ato de divulgar informações falsas sobre este tema é conhecido como *greenwashing*, que literalmente significa “lavagem verde”. Empresas fazem uso dessa técnica antiética para conquistar uma posição melhor no mercado e ganhar a confiança dos consumidores. A falta de normalização para esses

relatórios agrava a situação.

“É fundamental que haja uma maior regulamentação e normalização dos relatórios ESG”, destaca a vice-presidente de ESG da Associação Brasileira de Avaliação da Conformidade (Abrac), Patrícia Falcão Bauer. “A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) desenvolveu a PR 2030, que é uma prática recomendada com diretrizes e um modelo de avaliação para as organizações, o que é de grande auxílio”, completa Patrícia Bauer.

Porém, a vice-presidente de ESG da Abrac acrescenta que a ausência de uma norma certificável no âmbito ESG intensifica a desconfiança acerca dos relatórios. “Cada um pode escrever o que

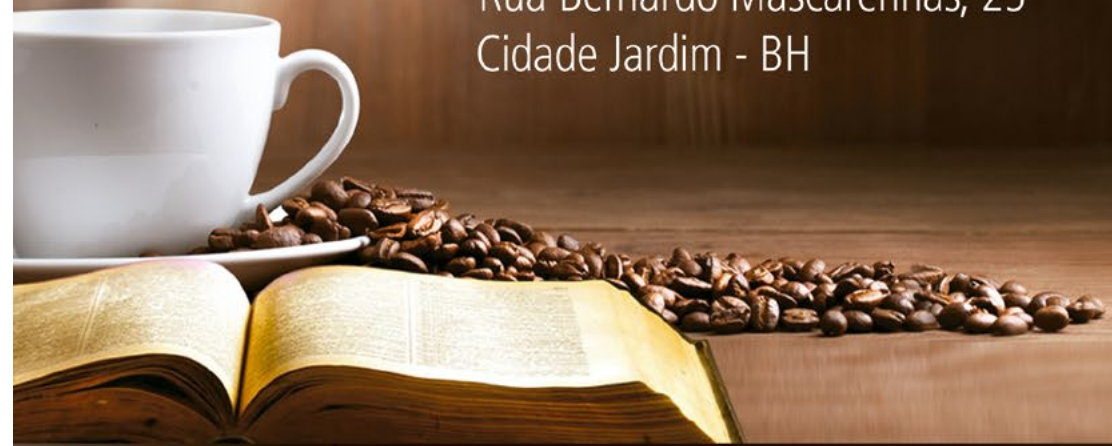
quiser sobre a sua própria empresa. Se houvesse a presença de um organismo certificador independente nesse processo, definitivamente haveria mais credibilidade”.

A pesquisa da consultoria PwC também apontou que 57% dos investidores acreditam que, com legislações sobre o tema, a confiança aumente significativamente, enquanto 26% creem que isso acontecerá de maneira moderada. “Uma legislação que punisse mentiras nos relatórios emitidos, juntamente com uma certificação compulsória, contribuiria para que a cultura ESG fosse mais vista na prática do que apenas promessas ou afirmações tendenciosas”, concluiu a vice-presidente da Abrac.

Café com Fé
Celebração EucarísticaA Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa -
ADCE-MG convida para um Café com Fé

DATA: 26/abr (sexta-feira) - 8h

LOCAL: CéuLar Netimóveis

Rua Bernardo Mascarenhas, 25
Cidade Jardim - BH

VAGAS LIMITADAS

IMPRESINDIVEL A CONFIRMAÇÃO DE PRESENÇA:
(31) 3281-0710 / (31) 98988-3079
adce Minas@adcemg.org.br

REALIZAÇÃO



EMPRESAS APOIADORAS



ESTUDO

31% das *startups* possuem ao menos uma mulher no quadro societário

Entre as categorias, *fintechs*, *agtechs*, *healthtechs*, *edtechs* e *foodtechs*

A Liga Ventures, maior rede de inovação aberta da América Latina, que conecta *startups* e grandes empresas para geração de negócios, anuncia o lançamento do estudo “Startup Landscape: Lideranças Femininas”, que mostra a evolução do ecossistema de mulheres à frente das *startups* brasileiras. O levantamento aponta que 31% das *startups* possuem ao menos uma mulher nos seus quadros societários.

Com relação às categorias de *startups* que possuem um número maior de mulheres em cargos de liderança, temos *fintechs*, *agtechs*, *healthtechs*, *edtechs* e *foodtechs*. Já sobre o ano de fundação, cerca de 18% delas foram criadas entre 2020 e 2023. As principais categorias de startups ativas fundadas nesse período foram *agtechs* (16%); *fintechs*

(14%), *beautytechs* (13%), *healthtechs* (11%) e *martechs* (6%).

Quando se trata dos investimentos no setor, ao analisar a participação no

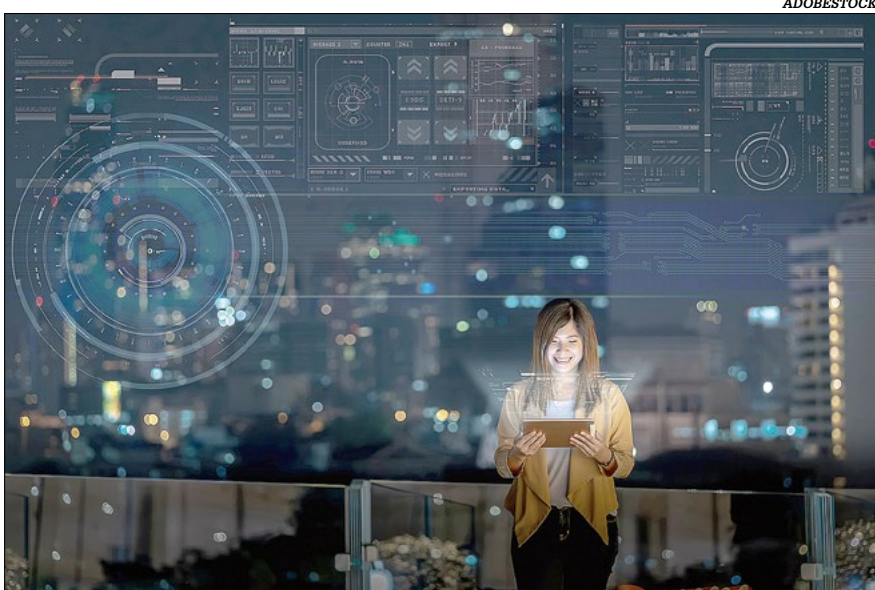
Em primeiro lugar do ranking está São Paulo (53%), seguido de Santa Catarina (8%), Minas Gerais (8%), Rio de Janeiro (7%), Rio Grande do Sul (7%), Paraná (6%) e Espírito Santo (3%)

montante captado por ano, é possível observar que 22% das *startups* que receberam aportes em 2023 contavam com mulheres no quadro societário, valor significativamente menor do

que os 47% registrados em 2022.

O estudo mostra ainda o tamanho das equipes das *startups* com mulheres no quadro societário, onde 23% delas têm até cinco funcionários, 29% possuem entre 6 e 15; 28% de 16 a 50; 9% de 51 a 100, e apenas 11% possuem mais de 100 colaboradores.

“Os dados do estudo são reveladores e oferecem *insights* valiosos sobre a atual representatividade feminina no ecossistema de *startups*. Embora os números mostrem um avanço e indiquem um aumento na presença de mulheres em cargos de liderança nessas empresas nos últimos anos, ainda há muito a ser feito para alcançarmos um equilíbrio real de representatividade. É importante analisarmos essas informações para entendermos como podemos impulsionar mudanças significativas e criar um ambiente mais inclusivo



22% das que receberam aportes em 2023 tinham mulheres no quadro societário

e diversificado para as mulheres no universo das *startups*”, analisa a VP de Educação Corporativa da Liga Ventures, Luciana Leão.

O estudo traz também os estados com maior distribuição de *startups* ativas. Em primeiro lugar do *ranking* está São Paulo (53%), seguido de Santa Catarina (8%), Minas Gerais (8%), Rio de Janeiro (7%), Rio Grande do Sul (7%), Paraná (6%) e Espírito Santo (3%).

Outro dado interessante se refere à análise da maturidade das *startups* mapeadas, onde 40% são emergentes, 24% estão estáveis, 25% são nascentes e 11% delas disruptoras. Com relação às tecnologias mais utilizadas, a inteligência artificial se

destaca sendo aplicada por aproximadamente 9% das *startups*, sendo que os setores que mais a utilizam são *agtechs* (16%), *healthtechs* (13%), *lrtechs* (9%), *fintechs* (9%) e *retailtechs* (8%). Já referente ao público-alvo, o estudo mostra que 54% delas têm como foco o mercado B2B.

Para realizar o estudo foram utilizados dados da ferramenta Startup Scanner, plataforma criada pela Liga Ventures que identifica e acompanha dados de *startups* do Brasil e América Latina para que grandes empresas, pesquisadores e empreendedores possam entender as movimentações do mercado e encontrar oportunidades de negócios sinérgicos à sua atuação.

INOVAÇÃO

Importância das vacinas e testes diagnósticos no controle e prevenção de doenças

JANAYNA BHERING*

Dia 7 de abril é o Dia Mundial da Saúde, celebrado desde 1950 com o objetivo de chamar a atenção para as prioridades específicas da saúde global.

Neste contexto, quando falamos de saúde pública, a prevenção é uma estratégia fundamental para combater doenças e proteger a população. Duas ferramentas essenciais nesse cenário são as vacinas e os testes diagnósticos. Esses recursos desempenham papéis cruciais na detecção precoce, controle e erradicação de doenças, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o aumento da expectativa de vida em todo o mundo.

Vacinas: escudos protetores contra doenças

As vacinas são uma das maiores conquistas da medicina moderna. Elas funcionam estimulando o sistema imunológico do corpo a reconhecer e combater agentes infecciosos, como bactérias e vírus, sem expor o indivíduo a riscos significativos de adoecimento. Ao introduzir uma versão enfraquecida ou inativa de um patógeno no organismo, as vacinas permitem que o sistema imunológico desenvolva uma resposta protetora, fornecendo imunidade contra a doença específica.

A importância das vacinas é evidente em diversas doenças que foram controladas ou erradicadas graças à sua disseminação, como a varíola e a poliomielite. Além disso, as vacinas ajudam a prevenir uma série de outras doenças infecciosas, como sarampo, rubéola, caxumba, difteria, tétano, coqueluche, hepatite B, entre outras. Elas não apenas protegem os indivíduos vacinados, mas também contribuem para a proteção de toda a comunidade, por meio do que é conhecido como imunidade de rebanho ou coletiva.

A vacinação em massa é uma estratégia crucial para controlar surtos e impedir a propagação de doenças infecciosas, especialmente em comunidades vulneráveis. No entanto, para que esse esforço seja eficaz, é necessário garantir o acesso equitativo às vacinas e promover a conscientização sobre sua importância para a saúde pública.

Testes diagnósticos: detectando e contendo doenças

Os testes diagnósticos desempenham um papel fundamental na detecção precoce, tratamento adequado e prevenção da disseminação de doenças. Eles permitem identificar rapidamente a presença de agentes

patogênicos em pacientes sintomáticos e assintomáticos, possibilitando a adoção de medidas preventivas e terapêuticas adequadas.

Os testes diagnósticos são essenciais em várias fases de uma resposta de saúde pública a uma doença infecciosa. Durante um surto ou pandemia, por exemplo como foi o da Covid-19, eles ajudam a rastrear e isolar casos, identificar cadeias de transmissão e orientar a implementação de medidas de controle, como quarentenas e tratamentos específicos.

Além disso, os testes diagnósticos desempenham um papel crucial na vigilância epidemiológica, permitindo monitorar a prevalência e a propagação de doenças em uma determinada população. Essa vigilância é fundamental para a tomada de decisões informadas sobre políticas de saúde, alocação de recursos e estratégias de intervenção.

Com o avanço da tecnologia, os testes diagnósticos estão se tornando mais acessíveis, rápidos e precisos. Métodos inovadores, como testes de amplificação de ácidos nucleicos e testes sorológicos de alta sensibilidade, estão permitindo uma detecção mais eficaz de uma ampla gama de agentes patogênicos, contribuindo para o controle e prevenção de doenças.

Assim, vacinas e testes diagnósticos desempenham papéis complementares e essenciais no controle e prevenção de doenças infecciosas. Enquanto as vacinas ajudam a prevenir doenças, proporcionando imunidade individual e coletiva, os testes diagnósticos permitem uma detecção precoce e uma resposta rápida, ajudando a conter surtos e reduzir a propagação de agentes patogênicos.

Garantir o acesso equitativo a vacinas e testes diagnósticos de alta qualidade é fundamental para promover a saúde pública e alcançar uma sociedade mais saudável e resiliente. Investimentos contínuos em pesquisa, desenvolvimento e infraestrutura são necessários para fortalecer os sistemas de saúde e enfrentar os desafios emergentes no controle de doenças infecciosas.

Em última análise, ao reconhecer a importância das vacinas e dos testes diagnósticos, podemos construir um futuro mais seguro e saudável para todos.

Acompanhe a seguir, importantes informações obtidas a partir de entrevistas realizadas com dois pesquisadores, professores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e também empreendedores que tem

protagonizado o desenvolvimento de soluções nestas áreas.

Começando com a professora da Faculdade de Farmácia da UFMG, Ana Paula Fernandes, uma das coordenadoras do CT-Vacinas, centro de pesquisas em biotecnologia, resultado de uma importante parceria estabelecida entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz Minas) e o Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BHTec), que destaca os seguintes pontos:

Inovações em testes diagnósticos: detecção precoce e controle de doenças

Os avanços em testes diagnósticos têm revolucionado a detecção precoce de doenças, contribuindo significativamente para o controle e prevenção de enfermidades. A rápida identificação de agentes patogênicos tem sido possível graças a tecnologias emergentes, como testes rápidos, que permitem diagnósticos acessíveis e ágeis, inclusive em locais de fácil acesso, como farmácias e postos de saúde. Esse progresso tem impactado positivamente o controle de doenças infecciosas, possibilitando medidas de isolamento e tratamento precoce, como no caso de infecções respiratórias virais. Além disso, testes que monitoram aspectos bioquímicos e hematológicos têm sido cruciais no diagnóstico precoce de condições como diabetes, aumentando a expectativa de vida dos indivíduos.

Tecnologias emergentes no desenvolvimento de testes diagnósticos

Biotecnologia e inteligência artificial têm desempenhado papéis fundamentais no avanço dos testes diagnósticos. O melhor entendimento dos genomas de patógenos e huma-

nos possibilita o desenvolvimento de testes cada vez mais sensíveis e específicos. Ferramentas como o sistema CRISPR têm contribuído para diagnósticos precisos e para a edição genética, abrindo novas possibilidades no tratamento de doenças complexas, como o câncer. A inteligência artificial permite a análise de grandes volumes de dados, identificando novos marcadores e padrões de diagnóstico, como no caso da predição de evolução de doenças como Alzheimer.

Vacinas: proteção e controle de doenças infecciosas

As vacinas desempenham um papel crucial na prevenção de doenças, sendo responsáveis pelo controle e erradicação de diversas enfermidades ao longo da história. A imunização em massa tem sido uma estratégia eficaz para reduzir a incidência de doenças infecciosas, como a difteria e a varíola. No entanto, a desinformação e a falta de compreensão sobre a importância das vacinas têm sido obstáculos para a adesão da população, sendo essencial a educação e conscientização pública sobre os benefícios da imunização.

Avanços e desafios no desenvolvimento de vacinas

Os avanços recentes no desenvolvimento de vacinas têm sido promissores, com novas alternativas para doenças como a dengue e a hepatite delta. Esta última, com grande incidência na região amazônica e há muita dificuldade para diagnosticar os pacientes. Então, usar plataformas simplificadas, *point of care* e diferentes alternativas de diagnóstico para essa doença aqui no país é altamente relevante para os avanços necessários. Entre as vacinas que a equipe do

CT-Vacinas está desenvolvendo, cabe destaque ainda ao foco nas seguintes doenças: Malária Vivax, para Leishmaniose e Doença de Chagas, ou seja, problemas de saúde pública.

No entanto, há desafios como a necessidade de conscientização sobre a importância da vacinação em massa e a garantia de acesso equitativo às vacinas. A colaboração entre instituições de pesquisa, governos e indústrias farmacêuticas é crucial para impulsionar o desenvolvimento e implementação de inovações em saúde.

Investimentos em ciência, tecnologia e inovação e soberania nacional

O Brasil enfrenta desafios significativos na área de ciência, tecnologia e inovação (CT&I), como a falta de financiamento contínuo e a dificuldade em reter pessoal qualificado. A dependência tecnológica e a balança comercial desfavorável em produtos de saúde pública evidenciam a necessidade de investimentos perenes em CT&I para garantir a soberania nacional e o desenvolvimento tecnológico do País. A educação e conscientização pública também desempenham um papel crucial na promoção da aceitação e adesão às vacinas e testes diagnósticos, sendo necessário comunicar informações científicas de forma clara e acessível ao público em geral.

**Engenheira com mestrado em Ciência e Tecnologia, especialista em estatística aplicada a processos (Six Sigma Black Belt) e gestão da inovação. Atua no ecossistema de inovação há 20 anos. Atua como executiva Fundep, Presidente Conselho Inovação e VP Executiva na ACMinas. Redes sociais: @janaynabhering / LinkedIn: linkedin.com/in/janaynabhering*

MINIENTREVISTA

A seguir, os principais pontos da entrevista com Frederico Garcia, professor da faculdade de medicina da UFMG e coordenador dos estudos que originaram a Calixcoca, vacina terapêutica que pretende ser utilizada no tratamento promissor para processos biológicos associados à dependência química.

O que é a Calixcoca? Qual o estágio de desenvolvimento e como funciona? Já está no mercado e como ter acesso?

A Calixcoca é um objeto de pesquisa de 12 anos, que conseguiu produzir resultados em modelos animais, onde ela produziu anticorpos anticocaína e estes reduziram a passagem da droga pela Barreira Hematoencefálica. Ainda

é necessário o registro na Anvisa e a realização dos estudos clínicos que comprovem sua eficácia como tratamento adjuvante da dependência de cocaína e crack.

Como as inovações em vacinas estão contribuindo para o controle de doenças e neste caso dependências químicas?

Há mais de vinte anos estudo o uso do sistema imune como meio para reduzir o efeito das drogas em pessoas que têm um transtorno por uso de substâncias. O próprio organismo do usuário, depois de algum tempo de uso produz anticorpos antidroga que fazem com que ele perceba menos o efeito da droga. Há pelo menos cinco

grupos no mundo estudando o uso terapêutico deste mecanismo promissor para o tratamento dos transtornos de dependência.

Quais são os principais avanços nesse campo e como eles estão impactando a saúde pública?

Infelizmente ainda não temos nenhum tratamento específico registrado em agências regulatórias para o transtorno de dependência à cocaína e crack. A vacina Calixcoca é uma promissora resposta a esta falta de opções registradas e com evidências clínicas. Caso o programa de pesquisa clínica seja bem-sucedido será o primeiro medicamento para esta indicação. (JB)

ENTREVISTA - ANA PAULA FERNANDES

A professora da Faculdade de Farmácia da UFMG, Ana Paula Fernandes, uma das coordenadoras do CT-Vacinas, centro de pesquisas em biotecnologia, resultado de uma

importante parceria estabelecida entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o Instituto René Rachou da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz Minas) e o

Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BHTec), falou com exclusividade para a coluna INOVAÇÃO, segue a entrevista completa.

Independência tecnológica virá através da parceria entre rede pública e privada

Qual é a importância da detecção precoce por meio de testes diagnósticos na prevenção e tratamento eficaz de doenças? Como isso pode influenciar os desfechos clínicos e a qualidade de vida dos pacientes?

Nos casos de doenças infecciosas, os testes diagnósticos têm melhorado significativamente o controle da transmissão e a prestação de cuidados aos pacientes. Isso é crucial para evitar que condições inicialmente simples evoluam para quadros mais graves. Por exemplo, no contexto de doenças respiratórias causadas por vírus, como a influenza, medidas de isolamento são essenciais para interromper a propagação do vírus. Quando o diagnóstico é rápido e os pacientes seguem as orientações de isolamento e cuidados, isso desempenha um papel fundamental na contenção da doença. Portanto, a agilidade e a simplicidade dos testes diagnósticos são essenciais para promover essa eficácia no controle e prevenção de doenças infecciosas.

Durante a pandemia, os testes rápidos se tornaram uma diferença significativa. Com o avanço desses testes mais sensíveis, o diagnóstico individual se tornou acessível não apenas em ambientes hospitalares, mas também em farmácias. Além disso, houve uma evolução na sensibilidade e especificidade desses testes, o que antes era uma preocupação. Hoje, o acesso a esses testes em farmácias, clínicas e postos de saúde é uma realidade.

Um exemplo disso é nas infecções causadas por vírus hepatotrópicos. Essas doenças muitas vezes progridem lentamente e de forma assintomática, podendo resultar em quadros graves após longos períodos. O diagnóstico precoce e o tratamento imediato podem prevenir a transmissão e a progressão para formas mais graves da doença.

Testes que investigam aspectos bioquímicos e hematológicos também desempenham um papel crucial, especialmente no controle e diagnóstico precoce do diabetes e outras condições de saúde. Essa abordagem possibilita um alerta precoce sobre níveis elevados de glicose, permitindo intervenções oportunas para controlar a condição e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

Como as tecnologias emergentes, como a inteligência artificial e a biotecnologia, estão sendo aplicadas no desenvolvimento de novos testes diagnósticos? Quais são os benefícios e desafios associados a essas inovações?

A biotecnologia, através do avanço no conhecimento dos genomas, tanto de patógenos quanto humanos, proporciona alvos cada vez mais sensíveis e específicos para diagnósticos. Ferramentas modernas, como a produção de moléculas recombinantes e testes moleculares, viabilizam o acesso a esses alvos, aprimorando plataformas de diagnóstico molecular, sorológico e de detecção de antígenos.

Além disso, a biotecnologia frequentemente surpreende com avanços inesperados. Por exemplo, apesar de se acreditar que o genoma da *Escherichia coli* já estivesse completamente compreendido, descobertas recentes revelaram novas funções para seus genes, incluindo o sistema CRISPR e as enzimas CAS. Essas descobertas não só contribuem para diagnósticos mais precisos e específicos, adaptáveis a testes rápidos, mas também abrem caminho para a edição genômica, possibilitando o desenvolvimento de vacinas mais seguras e eficazes, bem como a terapia genética para doenças como as hemoglobinopatias e o câncer.

A inteligência artificial também desempenha um papel crucial na

descoberta de novos marcadores diagnósticos. Ao analisar grandes conjuntos de dados, a inteligência artificial pode identificar associações e padrões anteriormente não detectados, melhorando a precisão e a rapidez dos diagnósticos. Essa capacidade de processar grandes volumes de dados simultaneamente possibilita a identificação de padrões complexos, como na predição de desfechos clínicos, como a evolução para sepse em pacientes hospitalizados.

Qual é o papel das vacinas na prevenção de doenças? Como as vacinas têm contribuído para o controle e erradicação de doenças infecciosas ao longo da história?

No contexto das vacinas e sua importância na prevenção de doenças, enfrentamos um momento complexo e desafiador na sociedade. Ao longo de várias gerações, as vacinas têm sido fundamentais para salvar inúmeras vidas, como evidenciado pelo impacto positivo relatado pela Organização Mundial da Saúde ao analisar a eficácia de vacinas rotineiramente administradas em crianças, como a vacina antipneumocócica e contra a influenza. No entanto, muitas pessoas, especialmente as mais jovens, podem não compreender plenamente essa relevância devido à ausência de experiências diretas com doenças como difteria e varíola, que foram amplamente controladas pelo uso de vacinas.

Além disso, a disseminação de desinformação ou informações incorretas, facilitada pelas redes sociais e outras mídias eletrônicas, contribui para a falta de compreensão sobre os benefícios das vacinas. Ouvir falar sobre possíveis reações adversas às vacinas sem o devido embasamento estatístico pode gerar preocupações infundadas. É crucial que as pessoas entendam que as vacinas passam por rigorosos testes científicos e são submetidas a uma extensa análise antes de serem aprovadas para uso público. Agências regulatórias, autoridades de saúde e a comunidade científica desempenham papéis essenciais nesse processo de avaliação.

A falta de educação, pensamento crítico e acesso a informações precisas também contribui para a hesitação em relação às vacinas. É importante destacar exemplos históricos, como o impacto devastador da difteria em gerações passadas, para ressaltar a importância da imunização. Muitas mães hoje podem não compreender plenamente as consequências dessas doenças no passado, o que pode afetar sua percepção sobre a necessidade de vacinar seus filhos. Portanto, é fundamental promover uma educação mais abrangente e informada sobre o papel crucial das vacinas na proteção da saúde pública.

Quais são os principais avanços recentes no desenvolvimento de vacinas? Como essas inovações estão ajudando a enfrentar desafios específicos e recentes, como a pandemia de Covid-19 e outras doenças como dengue, febre amarela por exemplo?

No que diz respeito às vacinas contra a dengue, já temos três opções disponíveis no mercado. A primeira delas enfrentou alguns problemas, porém, as duas subsequentes, tanto a desenvolvida pela Takeda quanto a pelo Instituto Butantan, representam uma grande esperança para o controle da doença. Estima-se que ainda serão necessários de 8 a 10 anos para que possamos observar o impacto da vacinação na redução da incidência da dengue. No entanto, mesmo com esse prazo, a vacinação se apresenta como a melhor alternativa dentre todas as medidas de controle disponíveis. Ao longo de várias décadas, temos



DIVULGAÇÃO / UFMG

“Ao analisar grandes conjuntos de dados, a inteligência artificial pode identificar associações e padrões anteriormente não detectados, melhorando a precisão e a rapidez dos diagnósticos”

enfrentado o desafio da dengue, com surtos e epidemias recorrentes, e a adoção das vacinas surge como a perspectiva mais promissora diante das dificuldades enfrentadas, incluindo a adesão da população e as medidas de controle do vetor.

Como as estratégias de imunização e vacinação em massa podem impactar a saúde pública e reduzir a incidência de doenças infecciosas? Quais são os principais obstáculos para a implementação eficaz dessas estratégias?

A vacinação em larga escala enfrenta diversos obstáculos, incluindo questões logísticas, de capacitação e distribuição das vacinas. No entanto, o Brasil possui um histórico positivo e reconhecido internacionalmente no uso de vacinação em massa para o controle de doenças, graças ao seu Programa Nacional de Imunização. Talvez, devido a essa experiência prévia, o país esteja mais preparado para lidar com os desafios logísticos que surgem nesse processo. Uma das principais barreiras atualmente é conscientizar a população e os líderes políticos sobre a importância das vacinas no controle das doenças. Espera-se que, com os avanços recentes na área, surjam alternativas de vacinas para o controle de grandes flagelos, como tuberculose e AIDs.

Em suas pesquisas no CT-Vacinas, quais são os projetos mais promissores em termos de desenvolvimento de novos testes diagnósticos e vacinas? Como essas inovações podem beneficiar a população brasileira e global?

O CT-Vacinas tem se dedicado a explorar diversas plataformas para o desenvolvimento de vacinas e a buscar novos adjuvantes. Possuir essa base e essas opções como princípio é crucial, especialmente porque, como é sabido, apenas parte das vacinas utilizadas na população brasileira têm sua matéria-prima completamente produzida no País, e muitas delas não foram desenvolvidas aqui. Diante disso, é fundamental reconhecer a importância de desenvolver vacinas para problemas de saúde pública específicos do Brasil, como a malária causada pelo *Plasmodium vivax*, que é uma preocupação significativa em nosso País, apesar de também ocorrer em menor escala na Ásia. Se não assumirmos a responsabilidade de enfrentar esse desafio, quem mais o fará? Por isso, entre os projetos de

vacinas em desenvolvimento pela equipe do CT-Vacinas, destacam-se aquelas voltadas para a malária vivax, leishmaniose, doença de Chagas e outros problemas de saúde pública locais.

Além disso, estamos trabalhando no desenvolvimento de testes diagnósticos inovadores para enfrentar questões de saúde que também são prevalentes em nosso País. Um exemplo é a hepatite delta, que apresenta uma das maiores incidências na região amazônica em comparação com o restante do mundo. Diagnosticar pacientes com essa doença é uma tarefa desafiadora, portanto, é altamente relevante adotar plataformas simplificadas, como testes *point-of-care*, e explorar diferentes alternativas de diagnóstico para essa condição aqui no Brasil.

Como a colaboração entre universidades/instituições de pesquisa, governos e indústrias farmacêuticas pode impulsionar o desenvolvimento e a implementação de inovações em saúde?

A parceria entre instituições públicas, como universidades e institutos de pesquisa, governos e instituições privadas, como empresas, é fundamental para alcançar o desenvolvimento e a independência tecnológica no País. Ainda há uma grande disparidade na adoção de novas tecnologias e na inovação tecnológica, que precisamos enfrentar, especialmente por questões de segurança nacional, como evidenciado durante a pandemia.

Por exemplo, a produção nacional de vacinas é uma alternativa fantástica, e instituições como Bio-manguinhos e o Butantan desempenham papéis significativos nesse sentido. No entanto, enfrentamos dificuldades em absorver tecnologias desenvolvidas por essas instituições, em grande parte devido à alta demanda pela produção em larga escala de vacinas já integradas ao nosso Programa Nacional de Imunização (PNI). Isso dificulta a interrupção da produção ou o investimento em novas vacinas e em lotes menores para demonstrar eficácia, segurança e obter aprovação regulatória.

Portanto, carecemos de infraestrutura para escalonamento de produção e geração de dados necessários para a aprovação de novos produtos, não apenas no caso de vacinas, mas também de testes diagnósticos, fármacos e medicamentos. Essa lacuna compromete

nosso desenvolvimento tecnológico e nos mantém dependentes de tecnologias estrangeiras, quando poderíamos estar diversificando nossa economia, recebendo royalties e exportando tecnologias.

Apesar de possuírmos ciência e competência para desenvolver novos produtos até a fase de pesquisa laboratorial, é crucial enfrentar essa lacuna e criar condições adequadas para testar novos produtos com infraestruturas apropriadas.

Como a educação e a conscientização pública podem desempenhar um papel fundamental na promoção da aceitação e adesão às vacinas e testes diagnósticos? Quais estratégias são mais eficazes para comunicar informações científicas complexas ao público em geral?

Possivelmente, como sociedade e autoridades de saúde pública, não estamos sendo suficientemente competentes e educativos na transmissão do conhecimento necessário para evitar o ressurgimento de doenças como o sarampo, que podem afetar nossas populações mais jovens de forma significativa devido à queda nas taxas de vacinação. Talvez a informação correta, científica e honesta não esteja sendo devidamente disseminada entre as populações mais jovens.

Existem legislações, recomendações e diretrizes para o desenvolvimento e aprovação de vacinas que são muito bem elaboradas e criteriosas, seguidas em todo o mundo. Isso garante que, quando uma vacina é aprovada para uso em humanos, todos os requisitos de segurança e eficácia tenham sido comprovados.

Quais os principais desafios enfrentados pela C,T&I no Brasil? Fale sobre a relação entre investimentos em C,T&I de forma perene e soberania nacional.

O Brasil enfrenta um desafio significativo em relação ao financiamento e investimento em pesquisa. Embora haja momentos de melhor financiamento, muitas vezes ele não é suficiente em comparação com o investimento realizado por países desenvolvidos nessa área. Além disso, ocorrem períodos de descontinuidade na alocação de recursos, o que é extremamente prejudicial. Essa descontinuidade implica, por exemplo, na aquisição de equipamentos de última geração para pesquisa, seguida pela falta de recursos para manutenção, levando à deterioração e obsolescência desses equipamentos. Como resultado, torna-se difícil acompanhar o avanço da área de pesquisa.

Outro desafio é a retenção de pessoal qualificado. Muitos doutores formados com investimento considerável deixam o país para trabalhar em pesquisa em outros lugares ou abandonam a carreira, representando um desperdício de talento. Anteriormente, muitos desses doutores ingressavam como professores nas universidades, mas essa realidade mudou.

Além disso, o Brasil enfrenta um déficit significativo na balança comercial de produtos para saúde pública e diagnóstico. A maior parte desses produtos é importada, incluindo vacinas e medicamentos, o que coloca o país em desvantagem em relação ao desenvolvimento tecnológico em biotecnologia que está ocorrendo em outros lugares do mundo. Investimentos urgentes são necessários para identificar e superar esses gargalos, a fim de aproveitar as oportunidades proporcionadas pelos avanços significativos na área de saúde pública em escala global. *(Entrevista enviada pela colunista Janayna Bhering)*



LEGISLAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS

Licitação de consultoria da concessão do Rodoanel é suspensa

Processo envolve também serviço para o Metrô de BH

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) referendou na terça-feira (9) a suspensão da licitação que prevê a prestação de serviços de consultoria para gerenciamento, supervisão, coordenação e controle das fases de gestão dos processos de concessões do Metrô e do Rodoanel Metropolitano de Belo Horizonte.

A decisão monocrática do conselheiro Agostinho Patrus, relator da denúncia feita pelo Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), foi tomada no último dia 02. Na denúncia, o Sinaenco alega irregularidade na Concorrência da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra).

Segundo o denunciante, o critério de julgamento “menor preço global”, adotado para este certame, é incorreto e viola o inciso 2º do artigo 37, da Lei 14.133/21, uma vez que para exercer as funções de fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços, os critérios “melhor técnica” ou “técnica e preço” é que devem ser adotados como requisitos do edital em questão.

A suspensão da licitação justifica-se pelo interesse público relacionado à construção do Rodoanel Metropolitano e às melhorias do Metrô de Belo Horizonte, além da longevidade,

complexidade e elevado valor dos contratos que serão fiscalizados pela empresa a ser contratada.

A concessão do Metrô de Belo Horizonte prevê investimentos públicos da ordem de R\$ 3,2 bilhões, ao longo de 30 anos, e atualmente atende cerca de 90 mil usuários diariamente

“Face ao exposto, em juízo superficial de urgência, demonstrado o quadro de potencial ilegalidade no critério de julgamento adotado no certame, o que poderá acarretar desvantajosidade na contratação dele decorrente, e a sua correlação com os mencionados contratos de concessão de alta relevância para o Estado de Minas Gerais, faz-se necessário, neste momento, o exercício, pelo Tribunal, do seu poder constitucional fiscalizatório, insculpido do art. 71 da Constituição da República, proferindo decisão cautelar para suspensão do certame em análise”, justificou o conselheiro, ao manifestar sua decisão.

Com 100 quilômetros de extensão, o traçado do Rodoanel, que ligará 11 cidades da Região Metropolitana de

Belo Horizonte, terá o aporte de R\$ 3,07 bilhões do Estado, além dos investimentos privados.

A concessão do Metrô de Belo Horizonte prevê investimentos públicos da ordem de R\$ 3,2 bilhões, ao longo de 30 anos, e atualmente atende cerca de 90 mil usuários diariamente, de segunda a sexta-feira.

Patrocínio - A Primeira Câmara do TCEMG referendou decisão monocrática do conselheiro Agostinho Patrus, que suspendeu o procedimento licitatório, cujo objeto refere-se

STF

BC é autorizado a importar papel-moeda

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) validou lei federal que autoriza o Banco Central (BC) a contratar fornecedor estrangeiro para fabricação de papel-moeda e moeda metálica, a fim de abastecer o meio circulante nacional. A decisão se deu no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6936, na sessão virtual finalizada em 8 de abril.

O entendimento da Corte foi de que a Constituição Federal não atribuiu diretamente à Casa da Moeda do Brasil a exclusividade dessa



Decisão monocrática do conselheiro Agostinho Patrus foi referendada nesta semana pelo Tribunal

à contratação de diversos serviços de manutenção do sistema de abastecimento de água no Município de Rio Acima.

Além das diversas irregularidades apontadas pelo denunciante, a Unidade Técnica apurou outras falhas no edital tais como ausência de planilha de comprovação de custos unitários e totais

do objeto; impropriedade do cronograma físico-financeiro; alteração do edital sem estipulação de novo prazo para que as licitantes se adequassem às mudanças realizadas; exigência de atestado de qualificação técnica e comprovação de tempo do contrato, sem a devida justificativa para tais requisitos.

Diante da gravidade das irregularidades apontadas, o relator entendeu pela presença dos elementos que justificam o deferimento do pedido de suspensão, uma vez que há evidências suficientes de que as alegadas irregularidades poderiam ocasionar prejuízos expressivos ao interesse público e ao erário.

improcedência do pedido. Ele destacou que a Constituição Federal prevê apenas a competência exclusiva do Banco Central para a emissão de moedas, o que não pode ser confundido com atividade da aquisição de papel-moeda e moeda metálica.

Escolha - Para o ministro, não há na lei questionada qualquer excesso ou incompatibilidade com o texto constitucional, mas apenas uma escolha possível do legislador quanto ao melhor modelo para suprir a demanda por papel-moeda no Brasil.

O BC informou, ainda, que caso se mantenha a exclusividade, haverá riscos tanto de desabastecimento de numerário quanto na condução da política monetária, pois não será possível contratar fornecedor estrangeiro, em tempo suficiente, para suprir a demanda na hipótese da impossibilidade de fornecimento pela Casa da Moeda.

Seguiram esse entendimento os ministros Luís Roberto Barroso (presidente do STF), Gilmar Mendes, Luiz Fux, Edson Fachin, Alexandre de Moraes e André Mendonça.

AGENDA TRIBUTÁRIA ESTADUAL



Histórico

Esta agenda contém as principais obrigações a serem cumpridas nos prazos previstos na legislação em vigor. Apesar de conter, basicamente, obrigações tributárias, de âmbito estadual e municipal, a agenda não esgota outras determinações legais, relacionadas ou não com aquelas, a serem cumpridas em razão de certas atividades econômicas e sociais específicas.

Nos termos do artigo 118, da Parte Geral do RICMS-MG/2023 os prazos fixados para o recolhimento do imposto, só vencem em dia de expediente na rede bancária onde deva ser efetuado o pagamento.

Agenda elaborada com base na legislação vigente em 05/03/2024. Recomenda-se vigilância quanto a eventuais alterações posteriores. Acompanhe o dia a dia da legislação no Site do Cliente (www.iob.com.br/sitedocliente).

O recolhimento do ICMS deverá ser efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nas hipóteses não especificadas no artigo 112, “g”, do RICMS-MG/2023.

Os prazos a seguir são os constantes dos seguintes atos:

a) artigo 112 da Parte Geral do RICMS-MG/2023; e

b) artigo 24 do Anexo VII do RICMS-MG/2023 (produtos sujeitos à substituição tributária).

O Regulamento de ICMS de Minas Gerais é aprovado pelo Decreto nº 48.589/2023.

Dia 12

ICMS - Março (1º a 10). Fabricante de Refino de Petróleo. Operações próprias do estabelecimento fabricante de produtos do refino de petróleo e de suas bases, classificado no código 1921-7/00 da CNAE, ex-

ceto para os produtos enquadrados no regime de tributação monofásica que dispõe de prazo de recolhimento diferenciado. **Nota** - Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 1º e 10 do mês de referência, recolher até o dia 12 do mês da ocorrência do fato gerador. DAE/Internet. RICMS-MG/2023, art. 112, XII, “a”

ICMS - Março (1º a 10). Prestação de Serviço de Comunicação na modalidade de telefonia e gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica faturamento. Operações ou prestações próprias do prestador de serviço de comunicação na modalidade telefonia, classificado nos códigos 6110-8/01 e 6120-5/01 da CNAE, que apresente faturamento, por núcleo de inscrição, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R\$ 30.000.00,00, e do gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica que apresente faturamento, no mês anterior ao da ocorrência do fato gerador, superior a R\$ 300.000.000,00. **Nota** - Este prazo de recolhimento refere-se às operações ocorridas entre os dias 1º e 10 do mês de referência. Recolher até o dia 12 do mês da ocorrência do fato gerador. DAE/Internet RICMS-MG/2023, art. 112, XIII, “a”

Dia 15

ICMS - DAPI - Março. Declaração de Apuração e Informação do ICMS (DAPI 1). Contribuintes sujeitos à entrega: demais indústrias que não possuam prazo específico em legislação; extrator de substâncias minerais ou fósseis. **Nota** - Em face da publicação da Portaria SRE nº 177/2020, foram estabelecidos os requisitos para a opção pela apuração do ICMS a partir de informações

lançadas na EFD, em substituição à Declaração de Apuração e Informação do ICMS, modelo 1 (DAPI 1). Internet. RICMS-MG/2023, Anexo V, Parte 1, art. 141, V.

ICMS-EFD - Março. Escrituração Fiscal Digital (EFD - ICMS/IPI). **Nota** - Estão dispensados desta obrigação acessória:

a) o Microempreendedor Individual (MEI);

b) a Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional, salvo o que estiver impedido de recolher o ICMS por este regime na forma do § 1º do art. 20 da Lei Complementar Federal nº 123/2006. Internet. RICMS-MG/2023, Anexo V, Parte 2, arts. 4º e 12.

Arquivo Magnético - Março. Usuário de sistema de processamento eletrônico de dados. Transmissão, pela Internet, de arquivo eletrônico (Sintegra) pelo usuário de sistema eletrônico de processamento de dados, com as informações relativas a operações e prestações realizadas no mês anterior. **Nota** - Esta obrigação acessória será exigida apenas para os contribuintes não optantes ou não obrigados a entrega da EFD (ICMS/IPI), nos termos da Portaria SRE nº 222/2023, art. 1º, § 1º. Internet. Portaria SER nº 222/2023, arts. 7º e 8º

ICMS - Março. Diferencial de alíquotas nas operações interestaduais para consumidor ou tomador não contribuinte. Contribuinte estabelecido em outra Unidade da Federação cadastrado no Cadastro Simplificado de Contribuintes do ICMS - DIFAL ou inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado e que não se enquadre como substituto tributário nas operações

com mercadorias destinadas ao Estado de Minas Gerais. GNRE/DAE. RICMS-MG/2023, Parte Geral, art. 112, X; “a”, itens 1 e 2

ICMS - Março. Contribuinte/Atividade Econômica. Laticínio, quando preponderar à saída de queijo; requeijão, manteiga, leite em estado natural ou pasteurizado, ou leite (UAT) UHT; Cooperativa de produtores de leite. DAE/Internet RICMS-MG/2023, Parte Geral, art. 112, I, “f”, itens 1 e

Dia 20

TFRM-D - Março. Declaração de apuração da TFRM (TFRM-D). Entrega à SEF/MG pelas pessoas físicas e jurídicas que efetuarem vendas ou transferências entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo titular do mineral ou minério, por meio do Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual (Siare), disponibilizado no site da SEF. Internet. Decretonº 45.936/2012, art. 14; Portaria SER. nº 106/2012, art. 2º.

ICMS - DAPI - Março. Declaração de Apuração e Informação do ICMS (Dapi 1). Contribuintes sujeitos à entrega: frigoríficos e abatedores de aves e de outros animais; laticínio; cooperativa de produtores de leite; produtor rural. **Notas**

(1) Em face da publicação da Portaria SRE nº 177/2020, foram estabelecidos os requisitos para a opção pela apuração do ICMS a partir de informações lançadas na EFD, em substituição à Declaração de Apuração e Informação do ICMS, modelo 1 - DAPI 1.

(2) Os prazos para transmissão de documentos fiscais pela Internet são os mesmos atribuídos às demais for-

mas de entrega dos documentos fiscais previstos no RICMS-MG/2023. Tendo em vista ser uma obrigação acessória eletrônica e a inexistência de prazo para prorrogação quando a entrega cair em dia não útil, manter o prazo original de entrega. Internet. RICMS-MG/2023, Anexo V, Parte 1, art. 141, VI

ISSQN - DES-IF - Março. Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras (DES-IF) - Módulo mensal. Entrega do Módulo de Apuração Mensal do ISSQN, deverá ser gerado mensalmente e entregue ao Fisco até o dia 20 do mês seguinte ao de competência dos dados declarados, contendo:

a) o conjunto de informações que demonstram a apuração da receita tributável por subtítulo contábil;

b) o conjunto de informações que demonstram a apuração do ISSQN mensal;

c) a informação, se for o caso, de ausência de movimento por dependência ou por instituição.

Nota - Esta obrigação é cumprida por meio eletrônico e pode ser efetuada a qualquer tempo. Portanto recomendamos que o envio seja efetuado até a data mencionada no ato. Internet. Decreto nº 17.174/2019, art. 93, § 4º, I

ISSQN-DES - Declaração Eletrônica de Serviços. Entrega da Declaração Eletrônica de Serviços (DES) pelas pessoas jurídicas estabelecidas no Município de Belo Horizonte, correspondente aos fatos geradores ocorridos no mês anterior até o dia 20, ou até o primeiro dia útil subsequente, caso não haja, na referida data, expediente na repartição fiscal, contendo as informações referentes ao mês anterior. Internet. Decretonº 17.174/2019, art. 83, caput



FUNDOS

Entrada líquida chega a R\$ 105 bi no 1º tri

Foi o segundo melhor resultado para o período nos últimos cinco anos, ficando atrás apenas de 2021, diz Anbima

Os fundos de investimento registraram captação líquida acumulada positiva de R\$ 105 bilhões no primeiro trimestre deste ano, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). O resultado é o segundo melhor para o período nos últimos cinco anos, ficando atrás apenas de 2021, quando a

A classe de renda fixa foi a principal responsável pela retomada da captação positiva, com entrada de R\$ 131,7 bilhões no trimestre

indústria de fundos registrou captação recorde no ano de R\$ 406,3 bilhões.

Entre janeiro e março do ano passado, ocorreram resgates no total de R\$ 73,4 bilhões. O patrimônio líquido dos fundos também cresceu no primeiro trimestre de 2024 em comparação com o mesmo período do ano anterior, de R\$ 7,5 trilhões para R\$ 8,7 trilhões, um aumento de 15,5%.

A classe de renda fixa foi a principal responsável pela

retomada da captação positiva, com entrada de R\$ 131,7 bilhões no trimestre, ante os resgates líquidos de R\$ 11,8 bilhões no mesmo período de 2023. Os dados por segmento de investidor mostram que o poder público foi o que mais contribuiu com o aumento da captação nos meses de janeiro e fevereiro, mas outros tipos de investidores, como as pessoas físicas, os institucionais, o *corporate* e o *middle* também aportaram mais recursos nos fundos do que realizaram resgates neste período.

“A renda fixa tem sido preponderante para a captação positiva da indústria de fundos em 2024. Dentro dessa classe, os fundos de crédito privado têm ajudado a puxar os aportes e já registram entradas de R\$ 67,8 bilhões no ano até fevereiro”, observa o vice-presidente da Anbima, Pedro Rudge.

Os aportes chamam atenção principalmente entre os fundos de crédito privado que possuem concentração acima de 70% nesse tipo de ativo. A captação desses produtos foi de R\$ 3,3 bilhões em janeiro, ante R\$ 14,6 bilhões em fevereiro. Já o seu patrimônio líquido saltou de R\$ 301,7 bilhões em fevereiro de 2023 para R\$ 323,7 bilhões no mesmo mês deste ano.

Os fundos de renda fixa de infraestrutura também exibem



Entre os fundos de ações, os que investem no exterior foram os únicos que apresentaram retorno positivo, de 2,8%

resultados positivos, com um patrimônio líquido que passou de R\$ 68,3 bilhões em janeiro para R\$ 86,7 bilhões em março de 2024. Nesta mesma base de comparação, o número de fundos desta categoria subiu de 457 para 508 e o número de contas abertas de 291.546 para 416.727. Já a captação líquida acumulada foi de R\$ 22,2 bilhões no primeiro trimestre.

“Com uma menor oferta de títulos isentos por causa das restrições impostas pelo CMN,

é natural que o investidor avalie outras opções para diversificar seu portfólio. Neste contexto, os fundos de renda fixa de infraestrutura surgem com uma alternativa atraente, que também oferece isenção de IR para o investidor”, afirma Rudge.

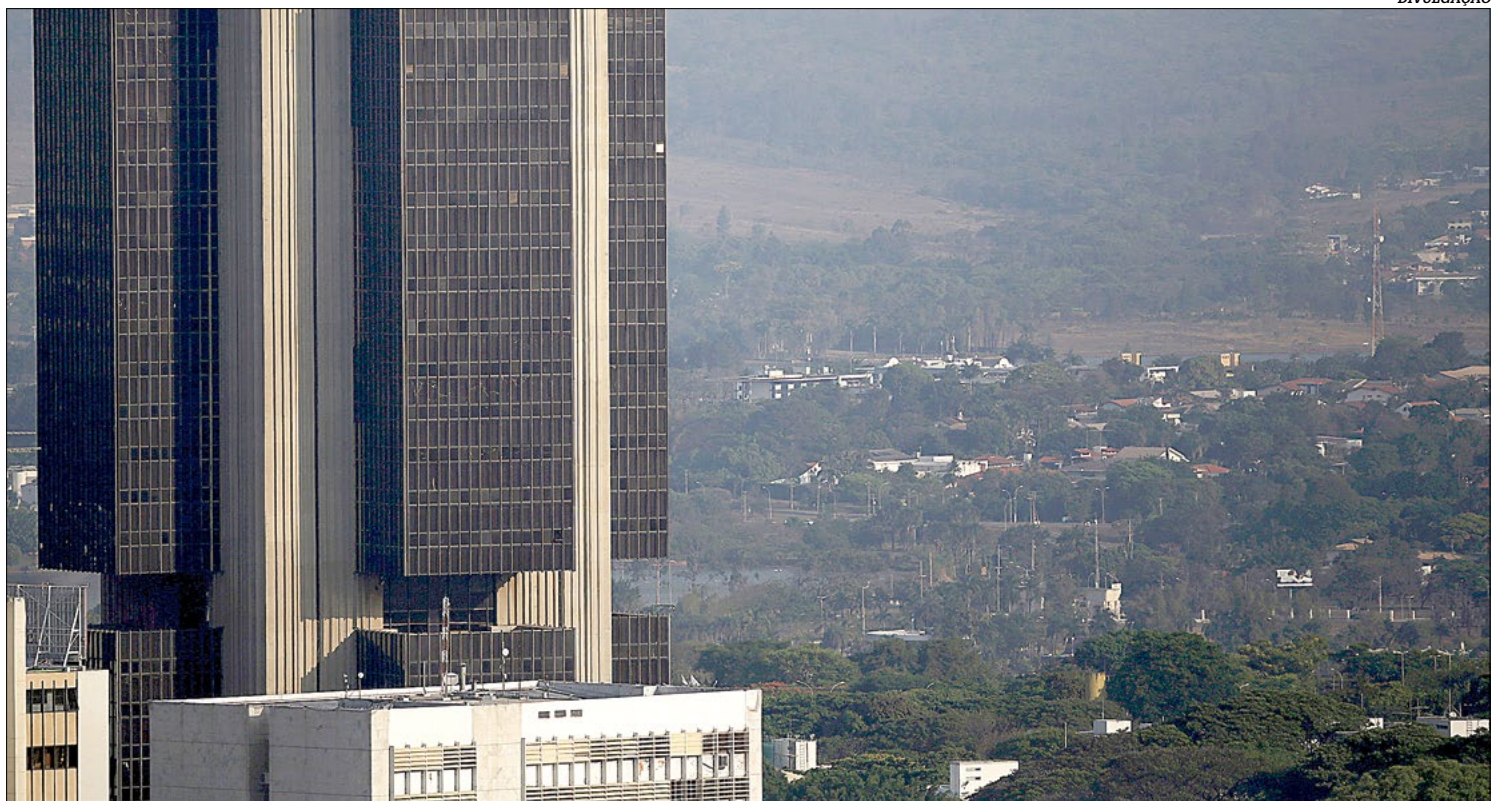
Fora da classe de renda fixa, no entanto, os resgates líquidos ainda predominam, embora em menor volume. No caso dos fundos de ações, as saídas atingiram R\$ 2,1 bilhões no primeiro trimestre, ante os saques de R\$

22,2 bilhões no mesmo período do ano passado. Já os multimercados tiveram resgates de R\$ 28,2 bilhões, frente a retiradas de R\$ 33,7 bilhões entre janeiro e março de 2023.

Rentabilidade - Entre os fundos de renda fixa, o tipo que teve a maior rentabilidade no primeiro trimestre foi o renda fixa dívida externa, com um retorno de 3,64%. Já os fundos de renda fixa crédito livre apresentaram uma rentabilidade de 2,8% no

período, acima da taxa do Depósito Interbancário (DI), que alcançou 2,6%.

Na classe dos multimercados, os fundos do tipo estratégia específica (que adotam estratégia de investimento que implique riscos específicos, tais como commodities e futuro de índice) exibiram a melhor rentabilidade, de 4,3%. Já entre os fundos de ações, os que investem no exterior foram os únicos que apresentaram retorno positivo, de 2,8%, na contramão do Ibovespa que caiu 4,5%.



BC indicou a intenção de cortar em 0,50 p.p a taxa de juros em maio, mas deixou em aberto a decisão para o encontro seguinte

ITAÚ UNIBANCO

Perspectiva de corte na Selic é mantida

São Paulo - O economista-chefe do Itaú Unibanco, Mário Mesquita, afirmou ontem que o resultado do o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de março não alterou a expectativa do banco de corte de 0,50 ponto percentual da taxa básica de juros, a Selic em junho, apesar das preocupações com os preços de serviços.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o IPCA subiu 0,16% em março, o que representa uma forte desaceleração ante a alta de 0,83% em fevereiro. Economistas ouvidos pela Reuters esperavam avanço de 0,25% no mês.

Em conversa com jornalistas, Mesquita foi questionado pela Reuters se o resultado abaixo das expectativas alterava de algum modo a visão do Itaú Unibanco sobre a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), em junho.

“O IPCA de hoje [ontem] foi uma divulgação com vários aspectos benignos. O (índice) cheio veio abaixo do esperado,

os núcleos vieram bem, mas comportamentos de serviços ligados à mão de obra seguem preocupando”, afirmou o economista-chefe do Itaú Unibanco.

“Não mudou de forma muito intensa nossa visão a respeito de junho. A gente tem que ver também a divulgação de indicadores de atividade para esta semana... Por hora, não mudou. Estamos com 50 (pontos-base de corte da Selic em junho)”, acrescentou.

Em suas comunicações mais recentes, o BC indicou a intenção de cortar em 0,50 ponto percentual a Selic no próximo encontro do Copom, em maio, mas deixou em aberto a decisão para o encontro seguinte, em junho, alegando aumento da incerteza. Atualmente a Selic está em 10,75% ao ano.

No relatório Focus, a mediana das expectativas do mercado aponta para uma Selic em 9% ao ano no fim de 2024 e a 8,5% no encerramento de 2025. Um pouco mais conservador, o Itaú Unibanco projeta uma taxa básica de 9,25% para o fim deste e do próximo ano.

“Quem acreditava em um juro abaixo de 9% já está repensando. A gente está um pouquinho acima de 9%”, comentou Mesquita.

Para os economistas do Itaú Unibanco, uma das preocupações é a dinâmica dos preços dos serviços, em especial dos itens mais ligados ao mercado de trabalho, algo que já vem sendo destacado, inclusive, pelo BC em suas comunicações.

“A parte de serviços mais ligados à mão de obra está subindo”, pontuou a economista do Itaú Unibanco, Julia Gottlieb, na conversa com jornalistas. “Todas as vezes em que a gente viu o desemprego rodando abaixo de 9%, vemos ajustes salariais nominais acima da inflação”, acrescentou.

Serviços médicos, dentários e de estética estão entre os itens que geram maior pressão atualmente.

O cenário fiscal é outra preocupação. O Itaú Unibanco projeta atualmente déficit primário de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2024 e rombo de 0,9% em 2025. Atualmente,

o governo trabalha com meta de resultado zero este ano e superávit de 0,5% no próximo.

Comando no BC - Mesquita afirmou ainda que a substituição do atual presidente do BC, Roberto Campos Neto, está no radar, mas minimizou eventuais impactos na condução da política monetária. “(A) inflação é tão impopular, torna tamanho dano, que acredito que o governo vai optar por alguém que vai seguir priorizando o combate à inflação”, afirmou o economista-chefe do Itaú Unibanco.

Campos Neto segue no comando do BC até o fim deste ano, e tanto em Brasília quanto no mercado financeiro já começaram as especulações sobre quem poderá substituí-lo.

“Acho que tem o incentivo para que o governo escolha alguém que vai combater a inflação. O regime de metas do BC acaba impondo isso. Se você começa sistematicamente a desviar desta meta, você afeta sua credibilidade”, avaliou. (Reuters)

BANCO MUNDIAL

Previsão de crescimento econômico da América Latina é reduzido

Nova York - O Banco Mundial cortou ontem sua previsão de crescimento econômico para a América Latina e o Caribe em 2024 para 1,6%, em comparação com a estimativa anterior de 2,3%, afirmando que a região continua a ficar atrás das taxas de crescimento registradas em outras partes do mundo. Para o Brasil, o Banco Mundial estima uma expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,7% em 2024, acelerando a 2,2% em 2025.

O crescimento econômico da região poderia receber um impulso necessário com o aumento da concorrência, mas a diversificação corporativa enfrenta restrições, inclusive na educação e na infraestrutura, disse o banco em um relatório. A atual taxa de crescimento na América Latina e o Caribe não é suficiente para impulsionar a prosperidade, acrescentou o banco.

“O baixo crescimento persistente não é apenas uma estatística econômica, é uma barreira para o desenvolvimento”, disse o vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, Carlos Felipe Jaramillo, em um comunicado. “Isso se traduz em serviços públicos reduzidos, menos oportunidades de emprego, salários deprimidos e maior pobreza e desigualdade”, acrescentou.

A baixa concorrência na região é uma barreira para a inovação e a produtividade, pois as grandes empresas dominam vários setores, sendo que 70% dos trabalhadores da região são autônomos ou fazem parte de empresas com menos de 10 funcionários, disse o Banco Mundial.

Mesmo com a presença de agências e leis de concorrência em vários países, disse o banco,

a aplicação na região é frágil, pois empresas grandes e poderosas geralmente influenciam as políticas governamentais.

Outra barreira importante é a educação, já que 29% das empresas da região dizem que não podem expandir devido à falta de mão de obra qualificada, um problema que o economista-chefe do banco para a América Latina e o Caribe, William Maloney, associa diretamente aos sistemas de ensino público e de treinamento deficientes da região, que não são preparados para atender às necessidades do setor privado.

“No Vale do Silício, temos essa ligação muito estreita entre empresas e universidades que é absolutamente fundamental para o milagre tecnológico dos Estados Unidos nos últimos 50 anos (ou mais)”, disse Maloney em uma entrevista. “Mas a América Latina está empatada com a África em termos de baixos níveis de interação entre empresas e universidades”, observou.

Maloney disse que isso, juntamente com níveis muito baixos de investimento em infraestrutura, significa que “temos muito trabalho a fazer em muitas frentes”.

Um ponto positivo na região foi a gestão macroeconômica, que levou a uma rápida queda da inflação na maioria dos países da região, a ponto de os preços subirem mais lentamente do que em muitos países desenvolvidos. “Mas nada vai acontecer se não consertarmos os fundamentos subjacentes, o baixo nível de educação, a infraestrutura ruim, a dificuldade de transportar mercadorias”, disse ele. “Isso será uma barreira para qualquer tipo de política industrial que se queira considerar”, finalizou. (Reuters)

Bovespa

Movimento do Pregão 10/04

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em baixa de -1,41% ao marcar 128053.74 pontos, com volume financeiro negociado de R\$ 23.558.163.142. As maiores altas foram PETROBRAS ON, PETROBRAS PN, PETRORECSA ON, EMBRAER ON e PETRORIO ON. As maiores baixas foram AZUL PN, PETZ ON, CNSMINERACAO ON, CVC BRASIL ON e LOJAS RENNER ON.

Pregão do dia 09/04

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Participação (%)	Valor (R\$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRAO	1.077.243	1.077.029	59,62	17.168.139,40	85,15
FRACIONARIO	277.660	3.463	0,19	69.361,42	0,34
DEMAIS ATIVOS	719.470	74.294	4,11	1.784.705,24	8,85
TOTAL A VISTA	2.709.353	1.154.787	63,92	19.022.185,43	94,35
BBT	1	190	0,01	3.040,00	0,01
EX OPC COMPRA	8	4	0,00	33,49	0,00
TERMO	497	2.490	0,13	24.581,66	0,12
OPCOES COMPRA	182.771	373.909	20,69	285.682,68	1,41
OPCOES VENDA	150.997	263.434	14,58	233.612,64	1,15
OPC.VEND.INDICE	1.059	45	0,00	56.843,20	0,28
OPC.VEND.INDICE	575	29	0,00	20.771,00	0,10
TOTAL DE OPCOES	335.402	637.418	35,28	596.909,54	2,96
BOVESPAFIX	6.765	285	0,01	25.415,17	0,12
TOTAL GERAL	3.212.935	1.806.426	100,00	20.160.480,13	100,00
PARTIC. AFTER MARKET	14.041	8.575	0,47	73.843,38	0,36
PARTIC. NOVO MERCADO	14.80.378	1.078.465	59,70	11.394.885,64	56,52
PARTIC. NIVEL1	310.838	204.665	11,32	2.505.811,33	12,42
PARTIC. NIVEL 2	391.182	348.956	19,31	3.255.192,21	16,14
PARTIC BALCAO ORGANIZADO	136	1	0,00	244,52	0,00
PARTIC. MAIS	352	43	0,00	427,01	0,00
PARTIC. IBOVESPA	1.303.414	848.989	46,99	15.269.047,15	75,73
PARTIC. IBX 50	924.228	634.244	35,11	12.828.719,84	63,63
PARTIC. IBX100	1.404.262	891.914	49,37	15.882.463,77	78,78
PARTIC. IB3A	1.642.459	1.017.123	56,30	16.869.802,06	83,67
PARTIC. MIDLARGE	1.001.576	632.377	35,00	13.292.545,25	65,93
PARTIC. SMALL	640.883	384.745	21,29	3.577.256,81	17,74
PARTIC. ISE	903.521	564.228	31,23	7.869.434,29	39,03
PARTIC. ICO2	1.116.033	680.356	37,66	11.384.946,33	56,47
PARTIC. IEE	149.550	60.242	3,33	1.397.807,93	6,93
PARTIC. INDXX	396.749	207.584	11,49	3.413.320,80	16,93
PARTIC. ICONSUMO	600.540	460.554	25,49	4.176.509,76	20,71
PARTIC. IMOBILIARIO	119.036	54.127	2,99	749.671,40	3,71
PARTIC. IFINANCEIRO	182.392	126.265	6,98	2.415.322,61	11,98
PARTIC. IMAT	229.777	125.370	6,94	3.802.425,82	18,86
PARTIC. UTIL	175.277	66.941	3,70	1.708.759,95	8,47
PARTIC. IBVX 2	688.321	352.059	19,48	6.670.254,88	33,08
PARTIC. IGC	1.630.697	996.494	55,16	16.399.501,53	81,34
PARTIC. IGCT	1.589.190	977.586	54,11	16.268.927,58	80,69
PARTIC. IGMN	1.181.209	756.218	41,86	11.093.425,79	55,02
PARTIC. ITAG ALONG	1.562.443	977.458	54,11	15.893.595,66	78,83
PARTIC. IDIV	489.369	250.515	13,86	6.946.428,97	34,45
PARTIC. IFIX	400.994	6.623	0,36	219.242,17	1,08
PARTIC. BDRX	66.940	5.008	0,27	293.313,58	1,45
PARTIC. IFIL	358.770	5.898	0,32	198.946,89	0,98
PARTIC. IGPWTW B3	516.492	380.587	21,06	4.929.206,77	24,44
PARTIC. IAGRO-FFS B3	318.506	182.445	10,09	2.779.182,09	13,78
PARTIC. IBOV SD TR	385.641	213.399	11,81	6.012.474,89	29,82
PARTIC. IDIVERSA B3	876.077	551.834	30,54	10.852.192,71	53,82

MERCADO À VISTA

LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R\$)	Venda (R\$)	Número	Quantidade
SGTK11	INVESTO SGTK	CI	92,40	90,45	92,40	91,44	91,28	-0,99+	91,27	92,99	9	134
AIAP34	ADVANCE AUTO	DRN	24,90	24,57	25,04	24,69	24,57	0,53+	22,56	26,66	7	328
AICR34	AMCOR PLC	DRN	46,65	46,65	46,65	46,65	46,65	0,21+	43,18	48,85	1	1
AIDM34	ARCHER DANIE	DRN	315,52	315,52	318,40	318,39	318,40	-0,20+	299,03	321,72	3	401
AIEG34	AEGON LTD	DRN	31,62	31,41	31,77	31,64	31,41	-0,66+	31,24	33,90	3	4
AIES34	AES CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	83,95	94,80	-	-
AIIV34	APARTMENT IN	DRN	42,00	42,00	42,08	42,06	42,08	0,19+	40,00	43,12	3	13
AILB34	ALBEMARLE CO	DRN	26,82	26,82	26,95	26,83	26,95	-3,75+	26,82	28,00	8	3.151
AILG34	ALIGN TECHNO	DRN	-	-	-	-	-	-	310,00	442,13	-	-
AILL34	BREAD FINAN	DRN	-	-	-	-	-	-	45,01	60,00	-	-
AILN34	ALNYLAM PHAR	DRN	-	-	-	-	-	-	36,10	41,29	-	-
AIMD34	ADVANCED MIC	DRN	106,90	105,00	107,35	106,11	106,11	-0,83+	106,11	107,00	148	27.769
AIME34	AMETEK INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	38,20	-	-
AIMP34	AMERIPRISE F	DRN	536,25	536,25	536,25	536,25	536,25	-2,30+	-	-	1	24
AIMT34	APPLIED MATE	DRN	105,64	104,49	105,64	104,88	105,10	-0,51+	103,00	108,37	12	752
AINE34	ARISTA NETWO	DRN	377,44	362,97	377,44	370,34	368,59	-2,14+	250,00	620,00	12	355
AION34	AON PLC	DRN	398,40	398,40	398,40	398,40	398,40	2,15+	-	-	1	13
AIIP34	APA CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	177,48	-	-
AIPD34	AIR PRODUCTS	DRN ED	-	-	-	-	-	-	-	352,00	-	-
AIPH34	AMPHENOL COR	DRN	289,00	289,00	289,00	289,00	289,00	-1,52+	-	-	2	14
AIRE34	ALEXANDRIA R	DRN	156,32	156,32	162,56	160,48	162,56	2,11+	139,05	180,06	2	3
AIRC34	ARGENX SE	DRN	-	-	-	-	-	-	73,36	83,09	-	-
AISN34	ASCENDIS PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	26,43	-	-	-
AITH34	AUTOHOME INC	DRN	-	-	-	-	-	-	12,33	-	-	-
AITT34	ALLSTATE COR	DRN	35,12	35,12	35,12	35,12	35,12	-4,25+	32,79	-	1	1
AIUT34	AUTODESK INC	DRN	309,76	309,76	309,76	309,76	309,76	-0,27+	-	-	1	22
AIVB34	AVALONBAY CO	DRN	235,06	235,06	236,67	235,38	235,06	=	179,94	237,02	4	5
AIWK34	AMERICAN WAT	DRN	152,40	152,40	152,40	152,40	152,40	1,29+	133,93	192,23	1	15
AIZN34	ASTRAZENECA	DRN	56,88	56,76	56,88	56,86	56,76	-0,24+	54,99	57,57	2	30
AZFY34	AFYA LTD	DRN	46,71	43,65	46,71	44,54	45,09	-1,50+	38,01	45,25	5	60
AZMB34	AMBARELLA IN	DRN	-	-	-	-	-	-	9,69	11,50	-	-
AZRE34	ARES MANAGEM	DRN	66,71	66,71	66,71	66,71	66,71	-2,35+	64,00	-	1	10
AZRR34	ARROWHEAD PH	DRN	-	-	-	-	-	-	8,55	21,00	-	-
AZOX34	AXON ENTERPR	DRN	-	-	-	-	-	-	84,98	-	-	-
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	70,34	69,84	70,34	70,33	69,84	=	69,45	69,84	2	201
AALR34	ALLIAR	ON NM	9,52	9,38	9,90	9,62	9,73	2,31+	9,65	9,74	1.013	185.100
AAPL34	APPLE	DRN	42,36	42,18	42,58	42,27	42,55	0,16+	42,36	42,55	3.655	312.407
ABBV34	ABBVIE	DRN	53,71	52,65	53,71	52,99	53,25	-0,65+	52,45	55,70	8	57
ABCB34	ABC BRASIL	PN N2	24,51	24,42	24,88	24,66	24,88	1,55+	24,72	24,88	2.134	421.700
ABEV3	AMBEV S/A	ON	12,21	12,18	12,42	12,33	12,36	1,56+	12,35	12,38	22.941	23.790.400
ABGD39	ABDEN GOLD	DRE	56,70	56,40	56,70	56,59	56,40	-0,03+	51,59	-	3	21
ABTT34	ABBOTT	DRN	-	-	-	-	-	-	46,02	49,67	-	-
ABUD34	AB INBEV	DRN	50,70	50,50	50,70	50,50	50,50	-0,29+	49,01	56,00	10	9.901
ACNB34	ACCURENT	DRN	1.658,63	1.658,63	1.659,07	1.658,90	1.659,07	-1,77+	1.550,00	1.870,00	2	8
ACWI11	TREND ACWI	CI	11,39	11,27	11,39	11,32	11,35	-0,35+	11,26	11,36	1.156	28.408
ADBE34	ADOBE INC	DRN	48,92	48,50	49,25	48,96	49,19	0,55+	48,98	49,50	28	5.002
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN	-	-	-	-	-	-	51,20	-	-	-
AER13	AERIS	ON NM	0,61	0,61	0,63	0,61	0,62	=	0,61	0,62	1.847	1.212.100
AESB3	AES BRASIL	ON NM	9,82	9,70	9,95	9,80	9,88	0,40+	9,87	9,91	4.610	1.958.400
AFLT3	AFLUENTE T	ON	7,26	7,26	7,77	7,64	7,38	1,79+	7,37	7,69	8	1.100
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI	51,44	51,44	51,75	51,67	51,75	1,57+	51,75	51,94	5	208
AGRO13	BRASILAGRO	ON NM	24,90	24,90	25,65	25,44	25,49	2,20+	24,49	25,58	1.289	207.300
AGXY3	AGROGALAXY	ON NM	2,00	2,00	2,10	2,06	2,10	5,00+	2,09	2,10	728	342.200
AHEB3	SPTURIS	ON	-	-	-	-	-	-	17,55	22,00	-	-
AHEB5	SPTURIS	PNA	-	-	-	-	-	-	15,00	-	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB	-	-	-	-	-	-	17,05	120,00	-	-
AIGB34	AIG GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	393,51	-	-
AIRB34	AIRBNB	DRN	40,52	40,16	40,70	40,40	40,70	0,66+	40,00	41,30	25	1.417
ALLD3	ALLIED	ON NM	9,51	9,48	9,54	9,50	9,52	0,21+	9,50	9,52	211	91.700
ALOS3	ALLOS	ON NM	24,09	23,96	24,54	24,13	24,14	0,45+	24,11	24,17	6.983	2.934.900
ALPA3	ALPARGATAS	ON NI	9,89	9,89	9,99	9,94	9,98	2,46+	9,63	9,99	5	700
ALPA4	ALPARGATAS	PN NI	9,43	9,36	9,74	9,55	9,53	1,06+	9,53	9,55	5.968	2.155.600
ALPK3	ESTAPAR	ON NM	4,49	4,49	4,60	4,55	4,57	2,69+	4,57	4,59	408	199.300
ALUG11	INVESTO ALUG	CI	34,75	34,52	35,13	34,91	35,13	0,83+	35,12	35,33	68	2.033
ALUP11	ALUPAR	UNT N2	30,47	30,45	30,83	30,68	30,68	0,55+	30,68	30,71	1.908	475.700
ALUP3	ALUPAR	ON N2	10,40	10,34	10,65	10,49	10,62	2,80+	10,61	10,66	75	12.900
ALUP4	ALUPAR	PN N2	10,09	10,03	10,14	10,09	10,14	0,59+	10,10	10,14	82	15.100
AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	1,79	1,77	1,83	1,79	1,77	1,17+	1,77	1,79	594	396.900
AMBMP3	AMBIPAR	ON NM	13,89	13,81	14,31	13,90	13,72	-1,08+	13,70	13,72	4.203	1.462.100
AMGN34	AMGEN	DRN	48,08	48,08	48,08	48,08	48,08	-0,70+	44,05	57,00	1	24
AMZOS34	AMAZON	DRN	46,75	46,11	46,90	46,28	46,44	-0,45+	46,44	46,45	2.444	345.855
ANIM3	ANIMA	ON NM	4,73	4,68	4,79	4,73	4,75	0,42+	4,72	4,76	3.827	1.866.200
APER3	ALPER S.A.	ON	42,52	42,52	42,53	42,52	42,53	0,02+	42,52	43,50	4	500
APT13	ALPERTI	ON	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APT14	ALPERTI	PN	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
ARML3	ARMAC	ON E3 NM	12,05	12,05	12,45	12,28	12,42	3,15+	12,42	12,45	2.315	361.200
ARCEL3	ARCELOR	ON NM	70,21	67,68	70,21	69,60	67,68	-3,56+	67,87	69,95	9	2.515
ARMTZ3	AREZZO CO	ON DRN	57,01	56,67	57,81	57,10	56,80	0,35+	56,80	56,82	8.255	1.711.500
ASAI3	ASSAI	ON NM	14,23	14,15	14,81	14,59	14,66	-3,62+	14,66	14,67	23.411	14.743.000
ASML34	ASML HOLD	DRN	91,00	88,61	91,00	89,33	89,47	0,83+	88,48	91,00	64	7.685
ATOM3	ATOMPAP	ON	2,07	2,02	2,08	2,05	2,02	-0,98+	2,02	2,06	64	9.700
ATTB34	ATT INC	DRN	29,16	29,15	29,16	28,08	28,23	-3,18+	27,97	28,27	114	16.282
AURA3	AURA 360	DR3	40,04	39,95	41,45	40,63	40,65	1,27+	40,65	40,80	3.891	84.361
AURE3	AUREN	ON NM	12,09	12,06	12,23	12,15	12,18	0,99+	12,18	12,20	4.776	2.608.700
AVGO34	BROADCOM INC	DRN	96,19	94,08	96,92	94,98	95,00	-1,22+	95,00	97,00	72	35.565
AVLL3	ALLPHAVILLE	ON NM	3,81	3,81	3,82	3,81	3,82	=	3,66	3,84	4	600
AXBP34	AMERICAN EXP	DRN ED	111,00	109,30	111,54	110,01	109,79	-2,63+	109,01	115,40	32	75.918
AZEV3	AZEVEDO	ON	1,77	1,55	1,80	1,65	1,62	-6,35+	1,62	1,63	1.363	1.565.400
AZEVO4	AZEVEDO	PN	1,53	1,45	1,57	1,50	1,49	-2,61+	1,48	1,49	3.082	5.772.600
AZOI34	AUTOZONE INC	DRN	68,85	68,85	69,02	68,93	69,02	-1,59+	67,62	70,14	8	27
AZUL4	AZUL	PN N2	13,43	13,31	13,76	13,56	13,75	3,08+	13,70	13,71	9.936	6.276.400
BIAM34	BROOKFIELD C	DRN	51,04	51,04	51,12	51,09	51,01	-2,25+	49,50	-	3	34
BIAX34	BAXTER INTER	DRN	-	-	-	-	-	-	100,00	112,88	-	-
BIBW34	BATHBODY	DRN	57,82	57,62	57,82	57,72	57,62	0,17+	49,21	-	6	18
BIC334	BARCLAYS PLC	DRN	48,80	48,80	48,90	48,96	48,90	-1,70+	47,99	54,10	3	5
BIGN34	BEIGENE LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	29,72	33,72	-	-
BILL34	BILIBILI INC	DRN	11,42	11,42	11,90	11,74	11,90	6,53+	11,42	12,40	14	813
BIKR34	BAKER HUGHES	DRN	-	-	-	-	-	-	143,50	180,82	-	-
BILL34	BALL CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	180,00	-	-	-
BIONT34	BIONTECH SE	DRN	28,31	28,00	28,89	28,17	28,08	-0,60+	28,12	28,87	9	94
BIPP34	BP PLC	DRN	49,45	48,96	49,45	49,35	49,05	-0,80+	48,50	49,39	19	168
BISA34	BANCO SANTAN	DRN	50,60	50,60	50,90	50,73	50,60	-0,88+	48,30	53,03	6	31
BISX34	BOSTON SCIE	DRN	342,30	342,30	342,30	342,30	342,30	1,11+	-	-	1	3
BITI34	BRITISH AMER	DRN	29,88	29,55	30,13	29,81	30,13	-0,35+	29,89	30,14	72	5.102
BIWA34	BORGWARNER I	DRN	-	-	-	-	-	-	147,00	-	-	-
BZHI34	BILL HOLD	DRN	1,83	1,81	1,84	1,83	1,84	3,37+	1,81	1,92	5	77



VARIEDADES

variedades@diariodocomercio.com.br

Curso gratuito e inédito para área de turismo

Gratuito e *on-line*, o curso Dados no Turismo: Descomplicando A Coleta e A Análise, oferecido pelo governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult), está com inscrições abertas até o dia 21 de abril. A iniciativa inédita terá 1000 vagas disponíveis e é coordenada pela diretoria de Capacitação e Qualificação da Secult. A previsão é que as aulas comecem já no dia 22 de abril pela plataforma de Ensino à Distância Minas Cultura e Turismo. O curso faz parte do programa estadual de qualificação do turismo Minas Forma, Minas Transforma, o qual busca aprimorar o setor a curto e médio prazo, alinhado com as demandas do mercado de trabalho mineiro, especificidades e padrões culturais locais e novas tendências e paradigmas do setor. Podem participar profissionais do setor turístico, empreendedores, gestores públicos e demais interessados em aprofundar seus conhecimentos. O curso terá carga horária de 40 horas, distribuídas em cinco módulos ao longo de cinco semanas, e haverá certificado para os participantes que concluírem a formação. O objetivo do curso é ensinar como realizar pesquisas, estudos e análises de dados sobre o turismo, mostrando como essa prática pode impactar positivamente a gestão turística dos territórios. Ao realizar essa capacitação, o governo de Minas aposta em qualificação profissional para o desenvolvimento do setor turístico em Minas Gerais. A oferta de um curso *on-line*, gratuito e certificado proporciona oportunidades de aprendizado acessíveis a todos os gestores, contribuindo para o fortalecimento do turismo local. As inscrições podem ser realizadas no *site* da plataforma de Ensino à Distância Minas Cultura e Turismo: <https://ead.secult.mg.gov.br/>

BH Shopping recebe feira de adoção de pets

Nesta sexta-feira (12), sábado (13) e domingo (14), das 11h às 19h, o BH Shopping recebe a feira “Amidog”, oportunidade ideal para quem deseja levar um amigo pet para casa. A iniciativa, que acontece no estacionamento do piso Mariana, ao lado do ParCão, é realizada através do Multiplique o Bem, hub de iniciativas adotadas pela Multiplan com o propósito de contribuir com o desenvolvimento social e a qualidade de vida nas comunidades onde seus shoppings estão presentes, e da parceria com ONGs de proteção animal. Estarão disponíveis para adoção, 23 cães e gatos, entre adultos e filhotes, todos saudáveis, vermifugados, vacinados, castrados e com exame negativo para leishmaniose. Quem desejar se tornar um novo tutor, deve apresentar identidade (RG) e comprovante de endereço. Os organizadores sugerem ainda uma contribuição de R\$ 80 para filhotes vacinados e R\$ 180 para adultos vacinados e castrados. Os valores são usados nos custos com os bichinhos resgatados.

DIVULGAÇÃO / MARCUS STEINMEYER



Ana Cañas canta Belchior

A turnê em que Ana Cañas interpreta o repertório de Belchior chega ao palco do Grande Teatro Cemig Palácio das Artes, na Capital, no dia 21 de abril (domingo), às 19h. Essa turnê chega às últimas apresentações após o sucesso de mais de 150 shows. Emoção, visceralidade, entrega e paixão são algumas palavras usadas pelo público para descrever o show “Ana Cañas Canta Belchior”. A coleção de sucessos do projeto começou em sua primeira apresentação: uma *live*, em plena pandemia, assistida por mais de 600 mil pessoas virtualmente. Devido à imensa repercussão e pedidos acalorados do público, o que era para ser uma apresentação única se transformou no show que já passou por mais de 150 palcos pelo Brasil e recebeu o prêmio de “Show do Ano” pela Associação Paulista dos Críticos de Arte (APCA). “Essa turnê me emocionou tanto e é o momento mais bonito de toda a minha carreira! Encerrá-la com apresentações especiais em casas incríveis, acima de tudo, é o que o Belchior merece! Vai ser muito emocionante!”, diz a Ana Cañas. Além de clássicos como “Como Nossos Pais”, “Sujeito de Sorte” e “Velha Roupas Colorida”, no repertório a artista apresenta ao público uma canção até agora inédita de Belchior, chamada “Um Rolê No Céu”, que foi dada de presente a ela pelos filhos do compositor. Os ingressos podem ser adquiridos na bilheteria do Palácio das Artes (de terça a sábado, das 12h às 21h, e aos domingos, das 17h às 20h) ou em www.eventim.com.br/artista/anacanas

DIÁRIO DO COMÉRCIO no videocast do Mineirão

Como parte dos preparativos para os 60 anos, a serem completados em setembro do ano que vem, o Gigante da Pampulha acaba de lançar o Mineirão Cast, um videocast institucional, produzido em parceria com a Empresa Mineira de Comunicação (EMC), que discute temas relacionados aos negócios do futebol e do entretenimento.

A editora do *site* do DIÁRIO DO COMÉRCIO, Mara Bianchetti, participou do episódio de estreia, “Gol de placa na economia de Minas”, que foi ao ar na terça-feira (9). Juntos, a jornalista de economia e o diretor do Mineirão, Samuel Lloyd, discutiram o papel de uma arena multiuso no desenvolvimento socioeconômico do Estado e os impactos do equipamento para a cadeia produtiva do futebol e do entretenimento belo-horizontino.

A primeira temporada conta com 11 episódios, que vão ao ar sempre às terças-feiras, às 17h, no canal do Mineirão no YouTube e na plataforma de aplicativos Spotify. Pílulas serão exibidas também nas redes sociais do estádio.

A cartela de episódios conta com uma variedade de assuntos, todos eles ligados à gestão e à operação do estádio no constante desafio



REPRODUÇÃO / MINEIRÃO CAST

de melhorar a experiência de usuários, fãs e torcedores. O videocast tem uma pegada mais leve, de bate-papo, e com discussões mais aprofundadas. Além de economia, a primeira temporada reúne discussões sobre eventos, operações, sustentabilidade, integridade, gramado, marketing, saúde, pluralidade, inclusão e mídia.

Campanha - E as ações não param por aí. Já está circulando a nova campanha institucional do estádio: “Nós somos o Mineirão. E o Mineirão é ‘nóis’”. A ação visa reforçar o sentimento de pertencimento e a memória afetiva de todos que frequentam o Gigante da Pampulha.

“Em mais de uma década, mostramos que o Mineirão é

uma arena que cresce a cada ano e cumpre seu papel na sociedade, na economia, na indústria criativa e, em especial, no esporte. O Mineirão é o estádio com mais títulos celebrados nos últimos anos no Brasil, o que sedimenta o estádio como propulsor da década de ouro do futebol mineiro. A campanha também reforça nossa importância na indústria criativa. É uma celebração do que construímos e uma certeza de futuro para o estádio quase sessentão”, ressalta Lloyd.

Revista e Camarote TEA - Ainda integram as celebrações a Revista Mineirão, que será publicada ainda neste mês, com os fatos e acontecimentos que marcam o esporte e a cultura no

período pós-pandemia. A edição levará os fatos e acontecimentos que marcaram o esporte e a cultura no período pós-pandemia aos parceiros e do público do Mineirão.

O Mineirão é de todos e não podia deixar de receber aqueles que têm transtorno do espectro autista. Uma novidade no estádio é o Camarote TEA, com capacidade para 14 pessoas e acompanhamento especializado em psicopedagogia, em um trabalho pontual e permanente, aprimorando a experiência e conectando a pessoa autista com sua paixão pelo futebol. O espaço tem mobiliário, cores, objetos e pisos, num trabalho em harmonia para mais liberdade e acolhimento à pessoa autista e seu acompanhante.

Nova Lima: casa impressa em 3D

DIONE AS

Já pensou em morar em uma residência desenvolvida por uma impressora 3D? Essa visão futurista já é uma realidade em Minas Gerais graças à finalização da primeira moradia mineira feita por meio dessa tecnologia. O valor do imóvel gira em torno de R\$ 120 mil.

A aposta é da Cosmos 3D, empresa criada entre a Katz Construções e a IT3D da Espanha. Localizado em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), o imóvel marca a introdução do modelo Cosmos X1, um dos primeiros do seu tipo no Brasil e na América do Sul. O projeto desponta como uma nova fase da arquitetura e da engenharia no Brasil, e ultrapassa os limites do convencional.

A técnica adotada para a impressão tridimensional utiliza microconcreto como matéria-prima, assegurando uma estrutura com maior resistência, durabilidade e eficiência no uso dos materiais. A impressora, que pesa 2.700 kg, abrange uma vasta área de impressão, possibilitando a construção de espaços com dimensões generosas.

A residência foi projetada com 57m² e dispõe de uma sala; uma cozinha, um banheiro, além da flexibilidade de ter dois dormitórios ou um quarto e um escritório. A construção deste modelo inovador demandou apenas oito dias, divididos entre a impressão, montagem e os acabamentos finais.

Sem desperdício - Um dos aspectos mais notáveis dessa tecnologia é a precisão com que é controlada por meio de um software de

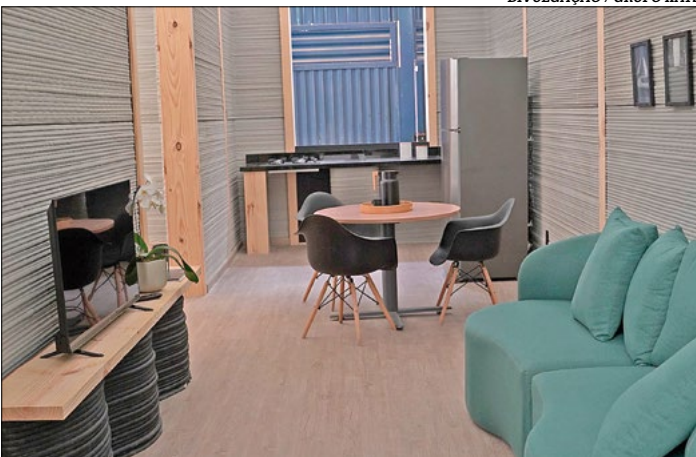


DIVULGAÇÃO / GRUPO KATZ

última geração e um robô, reduzindo o desperdício a praticamente zero. Este avanço permite a edificação de casas com cerca de 50m² em apenas 20h, potencializando a produção para dez unidades mensais, o que resulta em 120 casas por ano com um pequeno time de dois a três colaboradores por turno.

O presidente do Grupo Katz, Daniel Katz, destaca que a agilidade, precisão e durabilidade oferecidas por essa tecnologia podem ser a chave para resolver a crise habitacional no País. “Com a tecnologia, podemos fazer centenas de casas, habitações populares em um prazo muito exíguo e com um custo menor. Oferecemos redução de tempo, liberdade geométrica e qualidade superior”, diz o executivo.

Segundo o empresário, outro diferencial da impressora 3D é deter a tecnologia que possibilita realizar todo o processo de confecção de uma edificação. “Nossa tecnologia é toda *in house*, o que nos permite ser e ter todo o estado da arte em nossos pro-



DIVULGAÇÃO / GRUPO KATZ



DIVULGAÇÃO / GRUPO KATZ

cessos. Isso diminui custos e aumenta a velocidade da entrega dos projetos aos clientes”, conclui Katz.

	www.facebook.com/DiariodoComercio
	www.twitter.com/diario_comercio
	variedades@diariodocomercio.com.br
	Telefone: (31) 3469-2067